SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em: 4 de novembro de 2026
(quarta-feira)

Às 14 horas
140ª Sessão Deliberativa Ordinária

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) - Há número regimental. Eu declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por intermédio dos totens disponibilizados na Casa ou por solicitação à Mesa durante a sessão.

Os Senadores presentes remotamente e inscritos para uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

A presente sessão deliberativa ordinária semipresencial é destinada à apreciação das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje:

- Projeto de Lei 6.461, de 2019, do Deputado André de Paula;

- Projeto de Lei 2.234, de 2024, da Deputada Laura Carneiro;

- Projeto de Decreto Legislativo 344, de 2024, 359, de 2024, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados;

- Projeto de Decreto Legislativo 618, de 2026, de Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Passamos aos oradores inscritos, que terão dez minutos para uso da palavra.

Primeiro inscrito e presente, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) - Sr. Presidente Confúcio Moura, alguns me perguntam por que eu falo todos os dias. Eu acho que eu estou com saudade desta Casa já. Então, eu fico olhando e vejo os companheiros nossos, como V. Exa., Senador Confúcio, os servidores, todos, todos, seja o pessoal terceirizado, enfim, e da imprensa, que me olham com um olhar de carinho e de respeito, mas de tristeza também, mas a tristeza é minha também.

Presidente Confúcio Moura, senhoras e senhores, comento hoje um tema que me é também muito caro. Inicio dizendo e lembrando que fizemos todos nós uma longa caminhada, foi um trabalho coletivo, não foi de um Parlamentar ou de um partido, e que envolveu o próprio Presidente do Senado, Davi Alcolumbre; o Presidente da Câmara, Hugo Motta; e também o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Falo aqui rapidamente da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, que envolveu, de uma forma ou de outra, todos os Deputados e todos os Senadores, Líderes dos partidos, sindicalistas, representantes de empregados e empregadores, envolveu a sociedade.

E ontem avançamos mais um passo. Aprovamos a PEC da segurança pública, que foi aprovada por unanimidade também, porque aquele voto único - eu, inclusive, vou falar outra vez com o Senador Mourão; eu o procurei hoje ainda - eu entendo que foi uma desinformação partidária, já que todos encaminharam a favor.

A PEC da segurança pública combate a violência e traz benefício para todas as pessoas de bem do nosso país.

Mas, Presidente, falo hoje de um tema sobre o qual já subi à tribuna a falar, e volto a insistir. Esse tema, eu entendo... É possível chegarmos lá beneficiando a todos os brasileiros e brasileiras.

O Governo do Presidente Lula encaminhou à Câmara dos Deputados a PEC 18, de 2026, que trata do financiamento da tarifa zero no transporte público urbano. Olhem que eu falei "financiamento", porque aponta a fonte de recurso.

Essa proposta tem o potencial para garantir a gratuidade, aos fins de semana e feriados, para todos os brasileiros e brasileiras, independentemente da cidade.

A proposta prevê a destinação de recursos de emendas parlamentares para o custeio dessa gratuidade do serviço de transporte público coletivo urbano - e é possível, é possível.

Segundo o Governo, a proposta poderá destinar cerca de R$12 bilhões ao financiamento dessa política, considerando os recursos previstos já no Orçamento de 2027.

O objetivo é ampliar o acesso da população ao trabalho, aos serviços públicos, à cultura e ao lazer, reduzindo as barreiras impostas pelo custo das tarifas.

Como já passou todo o processo eleitoral, ninguém nos diga que é uma proposta eleitoreira. Temos discutido esse tema pós-eleições para a Presidência do país e do próprio Congresso.

Quero destacar a importância dessa iniciativa para garantir aos trabalhadores o direito ao lazer - ampliar o direito -, ao convívio familiar e à saúde, especialmente neste momento em que o Congresso Nacional - repito - promulgou a Emenda 141, de 2026, que estabeleceu a escala 5x2, e agora vai promulgar, pela votação que fizemos hoje, a questão da segurança pública, que é fundamental para a nossa gente.

Mas, enfim, estamos falando também aqui em mais tempo para a família, para os amigos, para a cultura, para o descanso e até para procurar emprego em condições melhores, porque, no meu tempo em que fiquei desempregado, eu tinha que ir a pé, e ir a pé mesmo, de chinelo de dedo, batendo em porta em porta, mas sempre encontrei emprego.

Não posso me queixar, porque eu nunca fiquei desempregado, mas, às vezes, por um motivo ou outro, troquei de emprego, fui procurar e encontrei sempre.

Enfim, Presidente, o transporte não pode ser mais um obstáculo para que as pessoas aproveitem a vida.

A tarifa zero não é apenas uma política de mobilidade; é uma política de justiça social. É uma medida que estabelece uma conversa, dialoga com a dignidade humana - com a dignidade humana -, com o direito de ir e de vir, com a construção da sociedade que todos nós queremos: mais justa, mais igualitária e mais humana.

Sabemos que o transporte pesa no orçamento das famílias brasileiras, principalmente daquelas mais vulneráveis ou que ganham pouco mais que o salário mínimo. Para muitos trabalhadores, o custo das passagens representa uma parcela importante, se considerarmos a sua renda mensal.

Ao garantir a gratuidade, estamos aliviando esse peso e permitindo que o dinheiro economizado, por não pagar a passagem do transporte urbano para o seu deslocamento, beneficie a quem? As famílias, que poderão, inclusive, ter um percentual a mais para a alimentação, o vestuário, e até impulsionar, principalmente, os pequenos comércios.

É dinheiro que volta a circular na economia, fortalecendo as comunidades, que ajuda a movimentar o comércio e que contribui para a geração de empregos. É uma política que beneficia, principalmente, como já disse aqui, os que mais precisam, os mais vulneráveis.

Ainda há um aspecto que não podemos ignorar: o meio ambiente. Ao incentivar o uso do transporte coletivo com a tarifa zero, podemos reduzir a circulação de automóveis, diminuir o congestionamento e contribuir para a redução da emissão de gases poluentes.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Isso significa cidades mais limpas, mais saudáveis e mais humanas - e mais saúde, inclusive com menos gasto por parte do Governo em relação à saúde pública.

A tarifa zero já é uma realidade em mais de uma centena de cidades brasileiras. Levantamento da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) aponta que 171 municípios adotam algum modelo de gratuidade no transporte público.

No Rio Grande do Sul, em inúmeras cidades, é de segunda a segunda o transporte gratuito. E não só lá: no Rio, em São Paulo, enfim, em diversos estados.

Vejam bem, um outro dado que eu acho importante: desse total, 132 oferecem tarifa zero universal, beneficiando toda a população, todos os dias.

São experiências que demonstram que essa política pode ser construída e adaptada à realidade de cada município.

É importante destacar que a tarifa zero não é uma ideia distante, como se fosse um sonho. Ela já acontece, como eu disse, em grande parte do país, e o Brasil precisa desse debate - claro, um debate com responsabilidade, planejamento e financiamento adequado.

Para finalizar, Presidente, lembro que este debate já está, inclusive, aqui no Senado. Eu próprio sou Relator, na Comissão de Assuntos...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - ... Econômicos do Senado, do Projeto 2.121, de 2024, de autoria do Senador Rogério Carvalho, que trata desse mesmo tema. Por isso, falo com certa segurança, para não dizer que estou convicto de que tudo o que eu falo aqui é a pura verdade, mas falo mediante estudos e com segurança, porque estudo esse assunto.

E, com muita certeza, cheguei à conclusão de que a PEC nº 18, de 2026, amplia o escopo da tarifa zero, assegurando a todos os brasileiros esses benefícios e apontando, inclusive, fonte de recurso.

Ninguém pode ser contra um projeto como esse, em que todos ganham, ninguém perde.

Não pense alguém que está me ouvindo...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - ... que uma empresa de transporte vai perder. Não vai. Ela vai receber na íntegra, ou até mais do que recebe agora.

Prefeitura perde? Não perde. A União perde? Não perde. Todos ganham, principalmente o povo brasileiro, na sua qualidade de vida.

Por isso, termino dizendo: ninguém - ninguém - pode ser contra um projeto como esse. Tenho certeza de que, se ele for votado, como foi a PEC da segurança, como foi a escala 5x2, será aprovado por unanimidade.

Era isso, querido Presidente Confúcio Moura, sempre V. Exa. tolerante.

Estou indo embora, não é? "Então vamos deixar ele falar um pouquinho mais."

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Pode falar. Você tem direito adquirido. *(Risos.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar - Presidente.) - De nada.

Muito bem, gente.

Hoje eu quero fazer um comentário sobre... Até agora, ainda não estão concluídas as eleições americanas, mas estava aguardando com muita ansiedade essas eleições nos Estados Unidos.

Eu confesso para vocês que eu já tinha até escolhido alguns candidatos para eu torcer. Não conheço nenhum pessoalmente, mas à distância.

Um deles, por que eu torci muito, é um menino lá, um jovem candidato ao Senado, o James Talarico, do Texas.

O Texas nunca elegeu um democrata ao Senado, e ele foi o primeiro. Com 38 anos, ele enfrentou a turma lá brilhantemente e ganhou com 55% dos votos.

E deu uma virada importante, para mostrar ao povo brasileiro e ao mundo todo que nem sempre uma pessoa com a prepotência do Presidente atual americano, abusado como ele foi...

Primeiramente ele declarou, desde o primeiro mandato, uma guerra verdadeira aos imigrantes latinos, principalmente, nos Estados Unidos, uma caçada inconsequente. Todo mundo viu isso que ele fez, constrangedor.

Justamente por isso, os latinos que estão nos Estados Unidos, acho que se aproximam de 11 milhões de estrangeiros por lá que não estão legalizados, que fazem um trabalho pesado, trabalho doméstico, trabalho de lavar prato, lavar banheiro, varrer, cuidar de jardim, esse serviço pesadão é feito pelos latinos, em grande parte, que fazem um serviço que os americanos milionários jamais vão fazer, e outras pessoas de lá também não querem fazer. Tem que ser os latinos. Nós fazemos.

E, depois de tanto serviço prestado ao povo de lá, com as dificuldades burocráticas e legais de regularização dos vistos, eles foram ficando, foram ficando, alguns com 20 anos, 25 anos que moram por lá, ainda nessa situação dramática.

Mas, com esses abusos que o Trump fez, supertarifando todo o mundo, como se fosse assim o rei de Roma, agora ele vai verificando que não é o todo-poderoso que imaginava ser.

Os democratas, caladinhos, realmente se lançaram e deram uma boa virada.

Ainda está apurando em alguns estados. Deve aumentar mais o percentual.

Isso é muito importante, é uma lição para o mundo todo.

Os iranianos, todo mundo está realmente festejando essa vitória democrata.

Enfim, acho que o mundo todo está feliz com essa virada, para equilibrar um pouco as forças do Presidente americano, porque ainda faltam dois anos para ele sair de lá.

Quero também saudar o entendimento do Senado ontem. Foi votada por consenso a PEC da segurança pública.

Realmente, eu acredito que foi fruto de um debate muito longo, passou pela Câmara, aqui também nas Comissões do Senado e, por fim, chegou aqui ontem consensuada.

Deixou só dois destaques que ficaram para votar em separado, de uma maneira inteligente, para não atrapalhar e não retornar à Câmara o projeto.

Eu sei que agora há imensa responsabilidade da implantação do Presidente Lula.

Não cabe só a ele, mas cabe também aos estados, particularmente porque lá nos estados a gente tem a polícia civil, a polícia militar, o corpo de bombeiros, e eles parecem que são distintos: eles não se entendem.

E também a falta de comunicação e integração das polícias de um estado com o outro, sendo que o bandido é nacional: ele sai daqui, vai para o Ceará, vai para o Mato Grosso, vai para o Rio de Janeiro, ele circula livremente.

Então, é importante que haja essa integração entre os estados, com uma investigação maravilhosa, um serviço de inteligência perfeito, um investimento maior e uma vontade imensa de reverter e pacificar o nosso país. É extremamente importante isso tudo.

E tem o papel dos municípios, principalmente os maiores, que têm guardas municipais muito grandes e outros reorganizados.

Lá em Rondônia, nós temos praticamente só um município que tem uma guarda organizada 100%, no modelo de uma guarda efetiva reconhecida aqui pelo Ministério da Justiça, que é a Guarda Municipal de Ariquemes; os outros são apenas guardas de trânsito.

Então, é preciso que se adaptem essas legislações dos municípios maiores, que possam ter esse corpo de servidores treinados, para que possam, também, complementar a segurança pública dos municípios. A gente pensa que o município não tem responsabilidade; tem, sim, muita responsabilidade também pela segurança pública do nosso país. Vai ser, realmente, um sistema de vasos comunicantes. Todo mundo ajudando: o federal, o estadual e o municipal.

Outro lado importante é a tecnologia; a tecnologia, na segurança pública, é fundamental - hoje em dia, com a inteligência artificial, as câmeras nas cidades... Olha bem, vamos imaginar Brasília - um exemplo isolado, Brasília. Tem o projeto de tecnologia, o projeto DF 360, que tem um sistema de tecnologia de câmeras na cidade, mas são poucas câmeras, relativamente à necessidade; mas, se a gente integrar com as câmeras das lojas e as câmeras das residências, poxa vida, a cidade fica completamente coberta! Esse sistema de integração da tecnologia já disponível, do privado com o público, é extremamente inteligente e necessário. Aí, nós teremos uma cidade do porte de Brasília, que é a quarta maior cidade brasileira, completamente coberta pela tecnologia.

Isso ajuda muito na elucidação de crimes, identificação de criminosos foragidos - não identificados, apenas que escaparam da justiça -, que podem ser localizados através das câmeras nas rodoviárias, nas áreas de grande movimento, como estádios de futebol, tudo isso. Então, eu acho que isso é tudo muito importante, esse trabalho integrado em que nós temos que, de agora para a frente, trabalhar, que é a integração da segurança pública do Brasil, porque o crime está organizado. Se o Estado também não se organizar, a gente vai sair perdendo, e sempre correndo atrás do prejuízo.

Então, era isso que eu tinha para falar, esse comentário breve. E, não havendo mais oradores presentes...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Presidente, permita-me, já que estamos nós dois aqui...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Ah, pois não! Pois não!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) - Eu quero elogiar V. Exa.

Pelo resultado das eleições nos Estados Unidos, este Plenário tinha que se manifestar. Como eu estava com o pronunciamento já redondinho, discutido e dialogado com muita gente, eu, de fato, não entrei na questão das eleições de lá. E V. Exa., que é um mestre - por isso que é um profissional respeitado por todos e um grande político -, traz ao Plenário esse debate, essa questão.

De fato, V. Exa. tem toda a razão e, até pouco tempo, achavam que era um equívoco votar em indígena, votar em negro, votar em mulher, votar em LGBT, e eles quebraram esses tabus todos; ou votar em alguém que não nasceu aqui, embora cidadão. Vocês podem ver que aqui quase não tem, que eu conheça, alguém que veio de um outro país e se elegeu.

Lá se elegeram - diversos, inclusive, mostrando que esse efeito negativo do "Trump e companhia limitada" reverteu-se em favor da democracia. Deram um *show*, a população deu um *show*, fazendo ampla maioria na Câmara e no Senado; foi o contrário do Brasil em matéria de visão ampla, mas a democracia é isso e eu respeito. Aqui no Brasil, os setores mais conservadores... O certo, o correto, é dizer que são os setores mais à direita, não é? Porque tem gente que me diz: "Não fale mal dos conservadores porque eles são conservadores pela sua origem, diga: mais à direita, mais à esquerda", sei lá o quê. E aqui no Brasil o que se viu, em matéria de Câmara e Senado, foi exatamente o contrário de lá. E a grande referência desses setores é os Estados Unidos.

Então, V. Exa. traz ao Plenário, dando luz ao país... Um país cujo povo foi às urnas e disse: "Não, assim como está, não dá, vamos manter um Presidente que tem uma postura mais ampla, como é o Presidente Lula, que dê frente, essa visão de frente ampla", como nós sempre defendemos, como dialogamos aqui eu e V. Exa.

Mas eu achei um espetáculo as eleições nos Estados Unidos. Quem ganha... É o mundo que ganha, até pela referência porque, queiramos ou não, os Estados Unidos são a maior potência mundial e, quando eles dão essa caminhada em relação aos direitos humanos... Porque o Trump não tem nada a ver com os direitos humanos, mas o povo tem. Eles disseram: "Basta, basta de guerra, de confronto, de discriminação: nós queremos paz".

Por isso, a minha fala é em homenagem a V. Exa., pela grandeza do seu pronunciamento, grande Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Está suspensa a nossa reunião.

(A sessão é suspensa às 14 horas e 26 minutos e reaberta às 16 horas e 30 minutos, sob a Presidência do Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está reaberta a sessão.

Encerrado o Período do Expediente, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Para o seu pronunciamento, convido o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) - Eu lamento muito, mas o registro que eu vou fazer é um registro triste e de grande preocupação.

A cidade de Chapecó, a maior cidade do Oeste de Santa Catarina, Xanxerê, sua vizinha, e várias cidades daquela região sofreram hoje, no final da manhã, um violento... Na tecnologia, se chama de *downburst*, ou seja... O que é isso? É uma espécie de ciclone que arrancou telhados, postes; foi uma desgraceira, deixou milhares e milhares e milhares de casas, mais do que as 60 mil que já tinham sofrido no final da semana passada, sem energia elétrica.

Eu não tenho notícia de vítimas, mas nós estamos preparados, ou tentando nos preparar para estes momentos do anunciado El Niño.

Aqui mesmo, V. Exa. nos permitiu realizar, em maio deste ano, um encontro sobre o El Niño, que, já em 2023, causou aquela desgraceira, aqueles desastres no Sul do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul.

Então, eu queria fazer esse registro sob dois aspectos. Primeiro, o aspecto humano, e transmitir a minha solidariedade a toda a nossa gente do Oeste de Santa Catarina como um todo, de Xanxerê e Chapecó, muito em especial, porque foram os relatos que eu pude receber até aqui.

O Governador do estado suspendeu as aulas hoje e amanhã em Santa Catarina, porque não se tem notícia de que não há riscos nas próximas horas. Eu quero, junto com a minha solidariedade, fazer um apelo aos órgãos de defesa civil - não apenas do meu estado, que estão fazendo o que é possível -, bombeiros, polícia... Enfim, o estado está mobilizado e estava relativamente avisado de que isso podia acontecer, mas a pancada foi muito grande, e nos atemoriza não apenas aquilo que já aconteceu, mas o que pode acontecer, diante das previsões, que, eu quero destacar, têm sido repetidas, repetidas e, lamentavelmente, repetitivas.

Nós temos vários especialistas nesse ramo, como, por exemplo, o meteorologista Scheuer, que é do Oeste de Santa Catarina; o Ronaldo Coutinho, que é sediado em São Joaquim, na Serra Catarinense; temos a Defesa Civil do estado, que procura se preparar sempre para circunstâncias como esta; mas eu quero, desde já, enviar o meu apelo às autoridades federais para que olhem com muito carinho e cuidado para os estados do Sul. Fenômenos como este ou parecidos com este têm acontecido no Paraná, no Rio Grande do Sul, e não se trata de um susto, trata-se de um momento de dor, que exige solidariedade e, acima de tudo, a atenção continuada de todos nós.

Quero endereçar, por isso, aos nossos irmãos do Oeste de Santa Catarina a minha solidariedade e a minha disponibilidade para, dentro do possível, ser o porta-voz das suas solicitações e dos reclamos de uma gente que tantos bons exemplos nos dá, essa gente que nos dá tantos bons exemplos de civismo, de patriotismo, de trabalho e de espírito comunitário.

Esse é o registro, Sr. Presidente, que eu faço, contando também com a sua ajuda naquilo que for possível, para que o Senado esteja presente neste momento de dor de praticamente toda a nossa gente do Oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Ministro Astronauta Marcos, apenas para me solidarizar com o pronunciamento do Senador Esperidião Amin.

Se V. Exa. - acho que sim - deseja, eu vou entrar em contato com o Ministério da Integração Nacional e com a Defesa Civil Nacional para que o Estado brasileiro possa também ajudar o povo do Estado de Santa Catarina, especialmente a região atingida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Exatamente.

Vou falar com o Ministro Waldez Góes e com o Secretário-Executivo Dr. Valder Ribeiro.

Pela ordem, concedo a palavra ao nosso Ministro, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) - Obrigado, Presidente.

Eventos como esses que acabaram de acontecer em Santa Catarina têm se repetido com uma certa frequência no Brasil. Não só como eventos relacionados a excesso de chuva ou a manifestações extremas com velocidade de ventos, como é o caso desse daí, mas também com secas que devem acontecer mais, também, em nosso país, devido ao El Niño, e mudanças climáticas.

Mudança climática não é só uma frase bonita. Isso tem sido falado por cientistas já há algum tempo. Serão necessárias muitas ações de forma sistematizada, pragmática, planejada, para que o país fique preparado para essas eventualidades.

Dentro desse contexto, eu gostaria de lembrar que existe um projeto de lei da minha autoria, o PL nº 5.002, de 2023, que está parado lá na CCJ. A gente precisa andar com esse projeto de lei, porque ele trata de gerenciamento de riscos para desastres naturais. Tem-se mostrado, ao longo do tempo, a necessidade desse projeto. Ele está parado. Foi construído não só por mim - com a experiência que eu tenho de 30 anos trabalhando com investigação, prevenção de acidentes, gerenciamento de riscos -, mas também, e principalmente, pelo Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), que é um órgão do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações que eu tive a honra de presidir, de direcionar, também com essa instituição lá dentro; e também pela Defesa Civil.

Então, é um projeto muito técnico, é um projeto extremamente importante, que trata desse gerenciamento de forma pragmática, preconizando quatro planos - plano de prevenção, plano de preparação, plano de resposta, plano de recuperação. Tudo isso feito de maneira organizada, nos três entes da Federação.

Quando eu apresentei esse projeto de lei, eu me lembro de que algumas pessoas que não conhecem muito sobre gerenciamento de risco, me falaram o seguinte: "Mas já existe uma lei de prevenção, lá de 2012". Eu falei: "Você sabe

qual a diferença entre prevenção e gerenciamento de risco?" "Não." "Então, é bom aprender, porque a prevenção está dentro do gerenciamento de risco".

Esse projeto de lei pode, com certeza, ajudar na organização do país, na preparação, e salvar muitas vidas. No final das contas, é isso o que a gente quer. Lógico que tem os gastos, também, com recuperação, mas a primeira ideia é salvar vidas, e é possível fazer isso.

Então, gostaria de solicitar à Mesa, se puder, para nos ajudar a seguir com esse projeto de lei de 2023 - e nós estamos em 2026, e estão acontecendo vários eventos -, que se mostra extremamente necessário, cada dia mais.

Obrigado, Presidente.

Estou contando com ajuda para que esse projeto ande aqui no Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Querido Senador, eu estou aqui agora recebendo a ligação do Senador Otto Alencar. Acho que a fala de V. Exa. vai ao encontro dessa preocupação que, inclusive, V. Exa. solicita à Mesa.

Eu vou repassar ao Presidente Otto Alencar a preocupação de V. Exa. em deliberar esse projeto na CCJ. Ele está ligando para falar de uma demanda da Bancada do PSD, e eu vou comunicar a ele a solicitação de V. Exa. sobre o Projeto de Lei nº 5.002, de 2023.

Mas eu peço a V. Exa. que encaminhe o expediente à CCJ, para que ele possa receber a solicitação de V. Exa.

Eu estou com ele aqui na linha.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - Obrigado, Presidente.

Será feito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Tá bom?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - Obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Ministro Marcos Pontes, o Senador Otto Alencar está esperando o documento de V. Exa. para ele organizar na pauta da CCJ.

O destino ajudou. Ele ligou para cobrar do PSD, e eu já cobrei o pedido de V. Exa.. Está dando tudo certo.

Eu vou retomar a pauta de deliberação e estou aguardando...

Há uma demanda em relação ao primeiro item da pauta, porque ainda está tendo reuniões e ainda há uma divergência em relação ao projeto do menor aprendiz. Eu fui informado pela Mesa que tanto o Governo como a Senadora Tereza Cristina e o Relator Veneziano estão avaliando sobre as emendas que foram apresentadas.

Então, como eu acho que é, aliás, eu tenho certeza de que é uma coisa boa se se conseguir construir um consenso, eu vou aguardar eles chegarem aqui, para a gente ver se retoma para a pauta ou não.

Então, eu vou votar as outras matérias, que são menos sensíveis, digamos assim, que não têm alguma divergência, e nós vamos concluindo a pauta de deliberação da tarde de hoje, até os nossos colegas chegarem.

Item 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 2.234, de 2024...

Senadora Leany, sente-se aqui.

O Senador Alessandro já foi. Fique aqui do meu lado.

Item 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 2.234, de 2024, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para adequar a obrigatoriedade da educação básica à forma disposta na Constituição Federal.

Pareceres:

- n° 36, de 2026, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A Relatora foi a Senadora Damares Alves. Foi favorável ao projeto, com a Emenda n° 1, de redação, que apresenta; e

- n° 50, de 2026, da Comissão de Educação e Cultura. O Relator foi o Senador Flávio Arns e o Relator *ad hoc* foi o Senador Esperidião Amin. Foi favorável ao projeto e à Emenda nº 1, de redação.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Nós não temos Senadores inscritos para discutir esta matéria.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e da emenda em turno único nos termos dos pareceres apresentados.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto com a Emenda nº 1 de redação.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial.

E será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Item 3.

Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre cooperação na área de educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

Parecer nº 27, de 2026, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Relator foi o Senador Carlos Viana, e o relatório apresentado foi favorável ao projeto.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação.

E será feita devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Item 4.

Projeto de Decreto Legislativo 359, de 2024, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do protocolo de 30 de novembro de 1972, para alterar a convenção assinada em Paris de 22 de novembro de 1928 sobre exposições internacionais, alterado pelas Emendas de 24 de junho de 1982 e de 31 de maio de 1988.

Parecer nº 31, de 2026, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Relatora foi a Senadora Dra. Eudócia, e o Relator *ad hoc* foi o Senador Esperidião Amin.

O relatório apresentado foi favorável ao projeto.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Tenho trabalhado, hein, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Pois é, V. Exa. está sendo, na Comissão de Relações Exteriores, o relator-geral da República, graças ao Senador Nelsinho, seu Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) - Ele é um explorador desta mão de obra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não, é para provar que V. Exas. estão trabalhando muito. Ou que o Nelsinho prioriza V. Exa.

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação.

E será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Item 5.

Projeto de Decreto Legislativo nº 618, de 2026 - nº 1.290, de 2013, na Câmara dos Deputados -, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto do protocolo de Montevidéu sobre o compromisso com a democracia no Mercosul, assinado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011, durante reunião ordinária do Conselho do Mercado Comum.

Parecer nº 34, de 2026, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Relator desta matéria foi o Exmo. Sr. Presidente da CRE, Senador Nelsinho Trad, e o relatório foi favorável ao projeto.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Querido Líder Eduardo Braga, a Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto em turno único nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação.

E será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Senador Izalci, perdoe-me. A Mesa está me informando que V. Exa. estava inscrito para fazer um pronunciamento, e eu acabei chamando o Senador Esperidião Amin.

V. Exa. quer utilizar a tribuna pela ordem de Senadores inscritos?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) - Agora não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Ah, está bom.

Obrigado. *(Pausa.)*

Senador Nelsinho Trad...

Líder Teresa Leitão... Estávamos todos com saudade de V. Exa. aqui no Plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu vou conceder a palavra, pela ordem, para o Líder Eduardo Braga, que solicitou o tempo pela Liderança do MDB.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Líder do MDB.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela Liderança.) - Presidente, primeiro, quero agradecer a V. Exa. pela indicação, no dia de ontem, para mais um desafio que reputo dos mais importantes, que é a relatoria do Orçamento Geral da União.

Segundo, quero dizer a V. Exa. que, combinado com V. Exa., nós estamos entregando ao Presidente da CMO um calendário em que nós estabelecemos o início do prazo de apresentação de emendas: do dia 06 de novembro até o dia 20 de novembro.

Portanto, nós estamos dando 14 dias, duas semanas de prazo de apresentação de emendas para os Parlamentares e, ao mesmo tempo, estamos criando condições para que nós possamos cumprir não só o relatório de receita, bem como o relatório preliminar e os relatórios setoriais no dia 30 de novembro, 1º de dezembro e 2 de dezembro, para que nós possamos chegar até o dia 17 de dezembro com a votação em Plenário do Orçamento de 2026.

Ao mesmo tempo, Presidente, eu quero informar a V. Exa. que já estou em tratativa com o Ministro Bruno Moretti com relação aos ajustes legais que precisamos fazer que precedem a questão orçamentária.

Mas a razão que me traz à tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, foi o debate de ontem que tivemos aqui neste Senado, que, aliás, foi uma data histórica para o Senado novamente.

V. Exa. foi muito feliz - eu disse isso ontem no Plenário e quero repetir agora da tribuna - ao cumprir um compromisso assumido com a nação brasileira de votarmos a PEC da segurança pública para dar os instrumentos para que o Governo Federal possa, finalmente, estabelecer uma política tripartite - União, estados e municípios - no combate ao crime organizado na nação brasileira.

Não é possível que um país que tenha a décima economia do mundo não seja capaz de enfrentar o crime organizado e trazer paz e segurança para os homens e mulheres de bem e às famílias de bem do nosso país.

É tudo o que nós queremos: paz para podermos trabalhar, criar nossos filhos, preparar o futuro do nosso país.

E nós, ontem, ao aprovarmos a PEC e derrotarmos os requerimentos por uma diferença de dois votos... E, quanto, a esses dois votos, Presidente, eu quero dizer aqui uma inconfidência: dois dos Senadores do MDB mudaram o seu voto no painel em confiança àquilo que nós estabelecemos no dia de ontem neste Plenário. Portanto, a vitória do painel de ontem se deve ao compromisso que nós assumimos ontem aqui perante a nação brasileira.

E que compromisso foi esse? De nós encontrarmos uma solução legislativa responsável para que nós possamos tratar a questão da maioridade penal com responsabilidade e, ao mesmo tempo, com a celeridade que o povo clama nas ruas.

Não é possível que sirva de escudo para a prática de crimes hediondos apenas a idade da forma que tem acontecido no nosso país. E, ao mesmo tempo, também não é possível querermos colocar crianças por um furto qualquer dentro de uma cela ao lado de um chefe de facção criminosa, que vai acabar transformando esse menino num soldado do crime.

Se de um lado nós precisamos combater os crimes hediondos de forma rigorosa, e quanto a isso nós assumimos compromisso em praça pública, o Presidente Lula, quando sabatinado, também se manifestou sobre o tema, e o Senador Camilo Santana apresentou uma emenda à Constituição, fazendo com que nós tenhamos a questão da maioridade penal restrita aos 16 anos em diante apenas para crime hediondo e com regulamentação *a posteriori*.

Eu creio, Sr. Presidente, que é chegada a hora de o Senado da República - mais uma vez, com o protagonismo que V. Exa., todos os Senadores, Senadoras e todos os Líderes desta Casa têm buscado encontrar - dar um passo adiante. Tanto é assim, que se encontra, na Secretaria-Geral da Mesa, um requerimento com mais de 50 assinaturas, pedindo urgência, quebra de interstício e, ao mesmo tempo, a apensação da PEC 19 à PEC 20, para que nós possamos votar esta matéria.

É claro que a agenda e a pauta do Senado são competência de V. Exa. A mim, enquanto Senador da República e enquanto Líder, compete a articulação, no sentido de encontrar maioria, para que nós possamos dar uma resposta ao povo brasileiro, com responsabilidade, Sr. Presidente.

Isso não significa dizer, Presidente, que nós estamos querendo atropelar a Casa do Parlamento brasileiro, que é a Câmara dos Deputados. Ao contrário, Sr. Presidente, nós queremos contribuir, porque eu creio que é exatamente a simplicidade e a objetividade da PEC da maioridade - estabelecendo 16 anos como idade mínima para a criminalização apenas para crimes hediondos, cuja regulamentação será feita em lei, porque nós teremos que ter a regulamentação desta PEC em lei - um passo extremamente importante para que nós possamos dar uma resposta à sociedade brasileira.

Eu fico no aguardo da decisão de V. Exa.

Estive hoje com a Senadora Teresa, que me apresentou argumentos do posicionamento dela.

Eu respeito o posicionamento da nossa Senadora Teresa, mas eu creio que nós estamos enfrentando, como eu disse ontem, várias questões que foram pauta da eleição que deu a vitória ao Presidente Lula, e essa vitória que o Presidente Lula alcançou eu reputo uma vitória histórica, porque foi a primeira vez, na história do Brasil, que um Presidente perde no primeiro turno e vira as eleições no segundo turno, com uma maioria expressiva de votos e com uma manifestação popular nas ruas de todos os municípios deste país.

Presidente, para que V. Exa. tenha uma ideia, o meu estado tem 62 municípios. Durante três etapas do segundo turno, nós tivemos, Senadora Teresa, 62 manifestações no mesmo dia, na mesma hora, em favor da candidatura do Presidente Lula e do Senador Omar ao Governo do Estado, em uma demonstração inequívoca da participação popular.

Mas essa mobilização esteve baseada em alguns compromissos assumidos. Alguns deles terão que ser representados na lei orçamentária que nós vamos aprovar até dezembro, e outros dependem de medidas legislativas que nós estamos votando aqui no Senado, entre elas a que votamos no dia de ontem, a questão da PEC da segurança; entre elas a questão da PEC da maioridade para crimes hediondos a partir de 16 anos de idade.

Sr. Presidente, eu pediria só um minutinho da sua atenção - eu sei que V. Exa. é muito demandado - porque, veja, está dormitando, dormitando no Supremo Tribunal Federal uma lei, aprovada pelo Congresso Nacional, que cria o ambiente necessário para a pacificação nacional, que foi a lei da dosimetria, comandada por V. Exa. - V. Exa. liderou esse processo. No entanto, isso está paralisado no Supremo e isso também faz parte desse pacote de enfrentamentos das questões sobre o crime organizado, sobre a segurança pública.

Portanto, ao cumprimentar V. Exa. e ao manifestar o meu respeito e a minha admiração à Líder Teresa Leitão, quero aqui dizer que apresentamos um requerimento com mais de 53 assinaturas pedindo urgência, prioridade, quebra de interstício e apensamento da PEC nº 19 à PEC nº 20 para que nós possamos deliberar no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, agradecendo, como sempre, a deferência e a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Cumprimento o Líder Eduardo Braga.

Eu vou aproveitar a oportunidade, Líder, com muito respeito e carinho que tenho por V. Exa. e reconhecimento, para dizer que ontem, na sessão do Senado Federal, todos nós tivemos a oportunidade, em vários momentos, de expressar o nosso desejo em relação a toda essa agenda de que V. Exa. fala, que é uma agenda de país e de proteção das pessoas.

Essa agenda e essa PEC, Senador Laércio e Senador Eduardo Braga, eram aguardadas há décadas pelos brasileiros, e, a todo instante, Senador Alessandro Vieira, o Governo Federal se omitia de participar. V. Exa., como delegado de polícia, sabe muito mais do que eu que o Governo central, que detém outros instrumentos, inclusive orçamentários, para ajudar estados e municípios, sempre ficava atrás da Constituição brasileira: a União não poderia ajudar os estados e os municípios, e isso passava a ser um problema dos municípios e dos estados brasileiros.

Então, eu não quero aqui fazer análises sobre algo extraordinário que nós fizemos, depois de décadas, que foi a votação da PEC de ontem, porque todo o Brasil e todos nós esperávamos essa solução, que cria um sistema de segurança pública nacional, com a integração, a inteligência, mas sobretudo a capacidade financeira do Estado brasileiro de ajudar os municípios e os estados, que é o que vai, de fato, fazer a gente dar uma virada de chave na proteção das famílias brasileiras, tanto que o painel ontem, os 75 votos, a unanimidade, refletiu exatamente isso.

No quesito - e eu quero fazer este pronunciamento como Presidente do Senado, não como Líder de um partido ou de outro - sobre a questão da redução da maioridade penal, isso efetivamente foi, sim, uma pauta de campanha eleitoral de ambos os candidatos que foram para o segundo turno, isso efetivamente é um compromisso da agenda que venceu a eleição, mas, sobretudo, é um compromisso do Parlamento brasileiro, porque esta proposta de emenda constitucional é discutida no Parlamento. Então, serão Deputados Federais, Deputadas, Senadores e Senadoras que vão dar o entendimento nessa alteração constitucional de podermos fazer a redução da maioridade penal, a partir do voto. Aqueles que pensam em reduzir para 14 anos para determinados crimes, aqueles que pensam em reduzir para 16 anos para determinados crimes, todos terão oportunidade de se manifestar no momento adequado.

Mas eu fiz essa ponderação para esclarecer à Senadora Teresa, a V. Exa., ao Senador Rogério Carvalho, ao Senador Camilo Santana - V. Exa. já está inscrito, Senador Amin - que eu preciso tomar algumas decisões institucionais na condição de Presidente do Senado.

Eu falei, antes de V. Exa. fazer aquela manifestação, que eu assumi um compromisso de que, quando a Câmara dos Deputados, na Comissão Especial, deliberasse esta proposta, que está sendo debatida há algum tempo na Câmara e que também está sendo debatida no Senado há algum tempo, nós colocaríamos em deliberação para que a gente pudesse votar.

Qual era o impasse daquela votação de ontem, de 38 a 36?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) - A 37.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - A 36, por causa do voto do Senador Portinho, ele disse que ele votou errado sem querer, mas não valeu para o painel.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - E há credenciais para dizer que era a favor do seu próprio pedido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - É verdade. *(Risos.)*

E aquele impasse se deu por um motivo. Eram Senadores e Senadoras que achavam que esse tema da redução precisava ser tratado em outro momento, para que essa PEC não retornasse à Câmara dos Deputados e nós atrasássemos a possibilidade da promulgação dessa nova emenda constitucional, para que, na agenda do Governo, pudesse se criar um ministério, mesmo achando, como disse alguns colegas nossos Senadores, que não era necessário termos uma proposta de emenda constitucional para criarmos um ministério de segurança pública. Mas isso é outro problema, e não cabe a mim fazer análise sobre isso, apenas uma ponderação.

Eu preciso decidir sobre essa questão. E, institucionalmente, eu gostaria de pedir desculpas a V. Exa. e a todos os nossos colegas que apoiam esta proposta de V. Exa. que está na Mesa, porque eu preciso também ter ou manter, como queiram, uma boa relação de convivência institucional e harmoniosa com o Presidente da Câmara dos Deputados, mesmo sabendo que, muitas das vezes, matérias que nós deliberamos aqui e ficam paradas na Câmara dos Deputados precisam ter a atenção especial também da Presidência da Câmara dos Deputados, para que, vez ou outra, a Presidência não seja cobrada porque a gente tramita matérias da Câmara dos Deputados aqui e a Câmara dos Deputados não tramita matéria do Senado Federal lá.

Mas eu conversei com o Presidente Hugo Motta ontem, e ele fez uma ponderação para mim, e eu, na condição de Presidente do Senado, preciso compreender que a ponderação foi razoável, Senador Portinho. Mesmo, às vezes, a gente concordando ou não, eu preciso tentar, da melhor maneira possível, manter uma relação pacífica, cuidadosa e atenciosa a uma demanda do Presidente da Câmara dos Deputados, mesmo compreendendo, como muitos colegas Senadores me dizem aqui, que o Senado também pode ser Casa iniciadora, e não só Casa revisora - e eu sei que pode.

Eu conversei com o Presidente Hugo Motta, e ele me disse: "Presidente, eu estou tratando desse assunto há algum tempo. Eu criei uma Comissão Especial. Na reunião do Colégio de Líderes, V. Exa. anunciou para os nossos colegas que, assim que a Câmara deliberasse, o Senado deliberaria, e eu anunciei aqui para os meus colegas. Eu queria pedir compreensão nesse caso concreto, que você deixasse para a Câmara concluir na Comissão Especial, já que você assumiu um compromisso de votar imediatamente no Senado. É apenas para que eu possa também aqui, nessa relação, prestar conta, com o conjunto dos Deputados, da minha atuação nessa relação harmoniosa que a gente precisa manter entre a Câmara e o Senado".

Então, eu preciso decidir sobre isso - às vezes, contrariando alguns, talvez possa acontecer hoje, ser mais um dia... Eu vou atender esse pedido do Presidente Hugo Motta e não vou colocar em deliberação hoje. Eu vou aguardar a Câmara dos Deputados, porque ele fez um compromisso comigo de que, neste mês de novembro, ele vai votar lá. E, quando chegar aqui, nós vamos votar aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Com a palavra o Senador Esperidião Amin; em seguida, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) - Eu quero fazer dois comentários sem qualquer censura à sua posição - não me cabe. Eu ouvi bem quando o Senador Eduardo Braga mencionou que Parlamentares sob a sua liderança concordaram em dar essa maioria de 38 a 37 sob condições - só quero deixar isso registrado. Segundo, Presidente, telegraficamente, eu quero só lembrar que, no Parlamento, ninguém pode estranhar que alguém tenha o desejo de discutir a maioridade penal.

Eu não vou ler toda a linha do tempo que eu tenho aqui, mas quero lembrar que a primeira menção à maioridade penal é nas Ordenações Filipinas, em 1603. O primeiro código criminal da República, em 1890, o Código Penal da República brasileira prevê, Presidente, que menores de 9 anos são inimputáveis e que, de 9 a 14, há avaliação de discernimento - olhe bem, em 1890. É preciso haver uma avaliação de discernimento, mais do que se o crime é hediondo ou não. Portanto, o Parlamento brasileiro, pelo menos a partir do código penal, do Código Criminal de 1830, quando nós já éramos um Império, debate esse assunto.

Ele é momentoso, ele é importante, e o voto a favor da PEC da segurança pública não precisa ser justificado. Foi 75 a 0, mas foi 75 a 0 com esse vestibular que o Senador Eduardo Braga mencionou.

Cabe a V. Exa. decidir isso. Faça uma reunião de Líderes, tome a decisão que for da sua competência. Eu não posso censurá-lo, mas quero dizer que não pode haver esse arrepio...

Eu não posso falar em arrepio de cabelo ao lado do Senador Carlos Portinho, não é? *(Risos.)* É uma desconformidade estética, mas eu acho que lembra bem.

Eu não posso dizer que esse assunto fica para mais tarde. Sabe por quê? Porque a PEC da segurança pública tem como alvos - alvos no sentido de *target* - menores, menores que hoje são usados abusivamente para fazer, em função da inimputabilidade, às vezes o serviço mais sujo. Então, é só por isso. E, finalmente, já que o Senador Eduardo Braga vai ser o próximo a falar, na próxima ele vai fazer um apelo que eu antecipo: bota para circular a medida provisória das *bets*. Ou seja, não vamos esperar até o ano que vem para depois agir açodadamente. Eu gostaria de, durante o mandato que me resta, poder votá-la, e votá-la aprovando-a. Só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) - Presidente, como o Senador Esperidião Amin colocou, não cabe a nós discordarmos da decisão de V. Exa. Cabe a nós fazermos um apelo a V. Exa., e quero fazer dois apelos a V. Exa.

Primeiro, o Presidente Hugo Motta disse que, até o final de novembro, ele deliberaria esta matéria na Câmara dos Deputados. Então, V. Exa. poderia estabelecer uma data: 1º de dezembro. Se até o dia 1° de dezembro não vier, da Câmara dos Deputados, a PEC, V. Exa. está com um instrumento na mão assinado por mais de 50 Senadores para colocar, em quebra de interstício, em urgência, em votação neste Plenário, nesta legislatura, a PEC sobre a maioridade.

V. Exa. cumpriria o entendimento com o Presidente da Câmara, atenderia o apelo da nossa eminente Líder Teresa Leitão, mas, ao mesmo tempo, não deixaria o povo brasileiro sem uma resposta, porque esta é uma resposta, Sr. Presidente, que veio das urnas, e nós representamos esse povo.

E, finalmente, eu quero aqui fazer das palavras do Senador Esperidião Amin as minhas palavras. Presidente, não dá para a MP do fim das *bets* estar paralisada no Congresso Nacional. Não dá, Presidente.

Presidente, eu faço um apelo a V. Exa.: na semana que vem, instale a Comissão Mista que trata da medida provisória do fim das *bets*, a Medida Provisória 1.394, de 2026, para que nós possamos, Presidente, antes do fim do ano, colocar um ponto final nesta questão na nação brasileira.

Presidente, os relatórios das associações dos supermercadistas brasileiros mostram que, a partir da edição da medida provisória que estabeleceu o fim das *bets*, cresceu em quase 7%, Sr. Presidente, a compra de arroz, de feijão, de sal, açúcar, carne, frango - alimentos que estavam sendo usurpados, dragados por uma coisa que o Senado não aprovou. Nós não aprovamos a lei como foi instituída pelo Congresso Nacional. Nós modificamos aqui, votamos com responsabilidade, mas, lamentavelmente, no sistema bicameral, a última palavra não foi da Casa do Senado da República.

Respeitamos a posição, a independência das Casas, a harmonia entre as Casas, mas, Sr. Presidente, o povo brasileiro não aguenta mais sofrer a exploração, a usurpação e mais, tornar a nossa sociedade doente. Existem pessoas que estão se matando, que estão cometendo suicídio, que estão acometidas de doenças mentais em função de uma coisa chamada vício do jogo. Se, de um lado, o brasileiro passa nove horas e meia nas redes sociais, o senhor imagina quantas horas pessoas da classe E, classe D, classe C, classe A, classe B gastam, muitas vezes, vítimas de um vício que, lamentavelmente, apodreceu a nossa economia, que foram essas *bets*.

Fica este apelo a V. Exa. e fica a sugestão de V. Exa. marcar a data do dia 1º de dezembro como uma data para que o Senado possa se posicionar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Cid Gomes e, em seguida, Senador Alessandro Vieira.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) - Presidente, eu acho que o Senador Eduardo já deu um extraordinário caminho. Nós tivemos uma reunião de Líderes em que ficou combinado o que seria a agenda da Câmara e o que seria a agenda do Senado. Nós já tivemos aqui, e isso não faz muito tempo, uma relação não muito harmônica entre as duas Casas. Matérias que eram aprovadas no Senado eram engavetadas na Câmara e vice-versa. Então, a habilidade de V. Exa. e o talento do Presidente Hugo Motta permitiram que se reinstaurasse uma relação harmoniosa, e isso é necessário que se mantenha.

Na agenda da Câmara, está em andamento, não é uma coisa que vai ser iniciada, há uma Comissão formada para que a matéria seja analisada. O Relator... O Presidente da Comissão é uma pessoa sobre a qual não se pode imputar nenhuma suspeita, ele é adepto, pernambucano, Mendonça Filho, e vai se esforçar ao máximo para que essa matéria venha.

No entanto, o Senador Eduardo faz uma ponderação absolutamente razoável: nós não podemos ficar esperando aqui, pelo clamor que o assunto requer, indefinidamente. Então, estabelecer um prazo é muito razoável, 1º de dezembro.

E me somo ao apelo do Senador Eduardo Braga para que a gente instale a Comissão para apreciar a matéria das *bets* - é outro tema também da maior relevância, que tem grande apelo popular - e cumprir os prazos, não deixar caducar e aí haver a necessidade de ela ser reeditada, a gente aprovar ainda este ano a medida provisória que extingue, que bane do nosso país esse mal terrível.

Parabéns, Senador Eduardo, pela lucidez, parabéns pela preocupação em realmente se conseguir harmonia internamente e externamente à Casa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Portinho, pela oportunidade.

Primeiro, Presidente Davi, não vejo nenhum problema na alternativa que V. Exa. exercitou, de um acordo de procedimento com a Câmara dos Deputados. Apenas aproveito a oportunidade para sugerir que o senhor cobre do Presidente Hugo Motta que ele faça andar o Projeto 1.473, de 2025, que eu apelidei de projeto Contarato-Bolsonaro, porque é um projeto que cuida exatamente do problema que é central aqui...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Alessandro, só para a Mesa anotar aqui...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) - É o PL 1.473, de 2025.

Esse projeto, Presidente Davi e colegas, endereça tecnicamente o problema real. Qual é o problema real que motiva a indignação das famílias brasileiras, que gerou repercussão eleitoral e o comprometimento de oposição e Governo? O sentimento de impunidade com relação a adolescentes infratores que praticam ato infracional análogo a crimes hediondos.

Ocorre que o Senado já apreciou essa matéria através do formato adequado, que é uma alteração na legislação específica, aumentando o tempo de internação e aproximando à punição do adulto a internação do adolescente. Por que é mais interessante, tecnicamente, este caminho do que a PEC? Primeiro, porque a PEC vai ser objeto de questionamentos; existe questionamento razoável sob o ponto de vista de ser ou não constitucional a redução da idade mínima penal. Dos dez Ministros que nós temos hoje na corte, só um se manifestou publicamente até o momento, o Ministro Alexandre, em obra doutrinária, apontando que entende que é cláusula pétrea. No mesmo sentido vão a OAB e uma série de órgãos e entidades.

Mas, mais ainda, ao aprovar apenas a mudança da idade penal, nós temos uma série de desdobramentos necessários: onde se vai colocar esse adolescente, vai ser no presídio ou vai ser na unidade de internação? Quem será responsável pela guarda? Quem vai julgar esse adolescente? Uma série de problemas que não estão ligados à resolução do problema em si, que é a impunidade.

Então, se eu posso garantir que esse adolescente, com justiça, seja internado por um tempo elevado - como o Senado já votou e aprovou, por larga maioria -, é um caminho tecnicamente muito mais seguro. Isso não impede - não há nenhum obstáculo, na minha visão - que a gente vote, foi um compromisso assumido eleitoralmente por vários, não há problema nisso, mas é sempre muito importante, em especial para mim, deixar claro para a população que nos assiste, porque há a possibilidade de se votar uma PEC e não se ter o resultado, e se deixar de lado um projeto de lei que garante o resultado - mesmo que os Deputados resolvam aumentar o tempo de internação e equiparar à pena do adulto, não vejo problema nenhum nisso.

A gente está falando de alguma coisa em torno de 1% dos casos de crime hediondo - 1%, não vai ser mais que isso. São os crimes - vou dar um exemplo: o homicídio qualificado - que são praticados por adolescentes infratores, enquanto os outros 99% são praticados por adultos. Então, essa não é uma medida de segurança pública, não vai mudar a realidade dos indicadores de segurança, mas é, sim, uma medida justa para reduzir essa sensação, essa indignação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, me somo, mas aponto para V. Exa. que existem caminhos técnicos e seguros e que já estão à disposição do Presidente Hugo Motta há bastante tempo. Ele pode, prudentemente, fazer andar as duas coisas e garantir o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Alessandro, eu acho que V. Exa. não estava na reunião de Líderes, estava? Nós fizemos, na reunião de Líderes, várias demandas de colegas Senadores de matérias que estão tramitando na Câmara. Eu estou fazendo a relação, eu avisei para o Presidente Hugo Motta, e eu vou anotar esse projeto. V. Exa. está coberto de razão. E nós vamos pedir celeridade nessa relação de reciprocidade, relação institucional com a Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Senador Líder Carlos Portinho.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Sr. Presidente, a gente está discutindo esse assunto? Eu queria discutir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não. É porque alguns Senadores pediram a palavra para falar um pouco da decisão institucional que eu tomei em relação a esperarmos a Câmara dos Deputados votar e, em seguida, o Senado votar.

Houve uma sugestão do Líder Eduardo Braga, apoiada por 56 Senadores, para que nós pudéssemos deliberar a PEC 19 e 20 no dia de hoje. E eu tomei uma decisão, Senador Magno Malta, de aguardar o Presidente da Câmara, a comissão especial votar para a gente trazer para o Senado para votar. E há uma solicitação do Líder Eduardo, apoiada por outros colegas Senadores, de que a gente possa estabelecer uma data para a deliberação da Câmara, para nós votarmos ainda neste ano esta proposta de emenda à Constituição, que reduz a maioridade penal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - V. Exa. me dá um minuto só para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu dou quando o tempo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - ... eu fazer referência exatamente à tomada de decisão de V. Exa. Bem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - É porque o Líder está na tribuna, eu já vou passar para ele...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) - Pode? Ele me deu um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - ... em seguida, eu passo a palavra a V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Senador Magno, eu acho que V. Exa. vai poder concluir melhor, inclusive, quando eu terminar de falar, mas é só uma sugestão. Se V. Exa. quiser falar à frente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - É porque eu achei que...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... eu lhe permito, lógico, mas eu acho que falará melhor ao final.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - V. Exa. me concede ao final?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Como foi só um minuto, eu vou dar um minuto agora para V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Aí já se passaram 58 segundos...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - ... você me deu dois segundos. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Com a palavra o Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) - Sr. Presidente, meus colegas, Líder Teresa Leitão, Senadora Teresa Leitão, com todo o respeito que eu tenho a todos aqui, eu aprendi na vida que acordo é para ser cumprido, ou então não o faça. Ainda que seja um mau acordo, cumpra na sua vida, porque a palavra vale muito, Senadora Zenaide. E o problema não é não cumprir o acordo, o problema é perder a credibilidade para firmar novos acordos.

Nesta semana, na reunião de Líderes, eu fui surpreendido com um acordo feito na CCJ sobre unificação de eleições, fim da reeleição, redução do prazo do mandato do Senador para poder haver... Isso foi feito por acordo. E eu fui surpreendido

na reunião de Líderes. O Relator Marcelo Castro, de cara lavada, disse que vai voltar o projeto todo. O projeto está pronto para ir a Plenário, mas não agradou a ele, então ele vai voltar o projeto todo e não vai cumprir o acordo. Ainda teve, desculpe, a desfaçatez de dizer que o acordo foi na CCJ, não foi para o Plenário, não. Ué, a gente fez o acordo para quê? A gente fez o acordo para o projeto vir assim para o Plenário, senão a gente ia para o voto. Então, nesta semana, eu já fui surpreendido com isso e me posicionei, porque acordo que eu faço eu cumpro, porque senão a gente perde a credibilidade.

O pior - o pior - é quando é, Senador Magno Malta, uma promessa de campanha, porque, se havia um único consenso entre os dois candidatos, era pela redução da maioridade penal. Inclusive, quem entrou com a emenda para trazer uma discussão maior sobre a sua extensão apenas foi o próprio PT, o Líder Camilo Santana, que, imaginem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Coordenador da campanha.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Coordenador da campanha. E o Presidente Lula, no debate, disse para todos os eleitores, que mais uma vez vão cair no conto do Lula, e já foi o da picanha, vai ser o do tigrinho - Senador Braga, vai ser o do tigrinho - e o conto da 5x2, porque o próprio Governo já quer mexer no próprio projeto de lei que o elegeu. O pior é não cumprir uma promessa de campanha, porque está descumprindo o voto de milhões de eleitores. Tolos, tolos os que acreditaram num Governo que não cumpre acordo, num Governo que não cumpre promessa de campanha. E essa é a primeira que vai ser descumprida. E serão muitas até a próxima Legislatura, porque era só para "fazer o diabo para vencer uma eleição", mentindo para o eleitor.

Muitos votaram acreditando que a redução da maioridade penal era uma pauta comum e que, não interessasse quem ganhasse, ela seria colocada adiante, porque foi chamada uma reunião no meio, às vésperas do segundo turno, para ser deliberada aqui. E já foi adiada.

E ontem nós fizemos um compromisso. Se quiserem quebrar o acordo, Sr. Presidente, eu lamento muito, pela deferência que tenho a V. Exa. O Senador Eduardo Braga está constrangido, porque ele está disposto a cumprir o acordo. Ele está preocupado com que não seja cumprida a promessa de campanha do fim das *bets*, como todos nós. Estará preocupado, mas o Governo não está, porque era só para enganar mesmo.

Quem votou nesse Governo para reduzir a maioridade penal, porque, há uma semana da eleição, foi chamada uma reunião aqui para deliberar sobre isso, porque o próprio Governo, o seu coordenador, e, num debate na rede de cadeia nacional, o próprio Presidente eleito, quando candidato, prometeu isso a todos, já começa descumprindo.

O pior é a nossa relação aqui, porque, quero deixar claro, o Governo esgotou, a partir de hoje, com o Líder do PL, qualquer possibilidade de acordo, pelo menos pelos próximos meses, até que o mínimo seja cumprido. Chega! Porque eu faço acordo para cumprir. Homem cumpre palavra.

Ontem foi feito um acordo com cinquenta e tantos Senadores aqui. Perdi meu dia inteiro hoje, buscando, inclusive, um texto conciliatório, Senador Eduardo Braga. Não tive sucesso com o Senador Camilo Santana, que não me atendeu. O Senador Rogério Carvalho, que não está aqui, pediu para eu encaminhar a proposta, que é muito simples. Estávamos dispostos a fazer mais um acordo, se esse fosse cumprido, que era reduzir a maioridade genericamente para 16 anos, e não se trata mais de 14 nem para crime hediondo. Era a proposta salomônica de quem, de boa-fé, está aqui para construir com os meus parceiros, pares - parceiros porque pares no Senado.

Porque não é descumprir o acordo. Isso aí já não me surpreende mais, Senador Magno Malta. Não é o primeiro. Cadê a anistia, Senador Esperidião Amin? Cadê a dosimetria? Cadê o acordo para votar o fim das decisões monocráticas que o Presidente Hugo Motta fez? O Senador Davi Alcolumbre se comprometeu na sua última eleição. É muito sério o que está acontecendo aqui, porque não é só um acordo. Diz respeito às nossas relações.

Eu não tenho problema nenhum em ser passado para trás, e eu não faço isso com meus colegas, mas comigo não tem mais acordo; com o Governo, não tem mais acordo. Esgotou. Não tem acordo em reforma tributária. Não tem acordo em mexer em 5x2. Esgotou.

A gente perdeu a iniciativa no Senado. O Senado hoje...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... está submetido ao Poder Judiciário e à Câmara dos Deputados. E o Presidente do Congresso, Sr. Davi... O senhor é o Presidente do Congresso, Senador! Não é a Câmara dos Deputados que diz como vai ser! O Senado é a Casa Alta. O senhor fez um compromisso. Compromisso é para ser cumprido. E não vejo problema nenhum: aprovássemos aqui; que descumprisse o Deputado Hugo o seu compromisso, porque, ontem, V. Exa. disse, Senador Davi, que tinha um compromisso de que, se aprovássemos hoje - era outro compromisso, também descumprido -, o Hugo Motta botaria para votar o mais rápido. Isso foi dito ontem, está nas notas taquigráficas.

E, além de não votar hoje, a gente vai perder a iniciativa. Olhe do que o Senado está abrindo mão: de ser a Casa revisora! Mesmo que ele empregue a celeridade que ele quiser na Câmara e que a gente se submeta à Câmara dos Deputados, abrindo mão da nossa independência...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - A gente tem que respeitar a independência, mas da nossa a gente pode abrir mão, mesmo com 50 Senadores aqui ontem fazendo acordo? Mesmo assim? Qual o problema? A gente aprovaria aqui, iria amanhã para a Câmara dos Deputados e o Deputado Presidente Hugo Motta que botasse a Comissão para trabalhar em cima da nossa proposta. Por quê? Porque ela volta, e a gente tem a chance de mexer. E, se tiver que voltar de novo para a Câmara, mexe - volta e mexe, volta; não tem problema nenhum.

O Governo já foi atendido ontem, quando foi retirado do texto. Inclusive, eu fiz um acordo de não votar a emenda, com a ajuda do Senador Eduardo Braga - que cumpre seus acordos -, e colocamos a GLO, num texto muito melhor, que o Senador... Eu fiz o acordo. Poderia ter ido a voto aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... para atrapalhar o Governo. Poderia ter ido a voto, poderíamos ganhar, porque perdemos por um voto ontem. Seria só ligar para dois Senadores nossos que estavam viajando. O Senador Magno - desculpe, não estava viajando -, logo em seguida à votação, ligou, fez contato conosco, e já tinha passado, mas, na minha emenda, a outra, a da GLO, ele votaria. Eu fiz o acordo, porque, no projeto, se eu quisesse fazer chicana, eu iria para o voto, iria ganhar, e o projeto iria voltar para a Câmara, mas eu cumpro meus acordos.

E o Governo não está só descumprindo um acordo aqui, Senadora Teresa Leitão, ele está descumprindo uma promessa de campanha, e vai ficar registrado que é a primeira, porque ele não vai botar para andar aqui as *bets*, Senador Eduardo Braga. Isso era promessa de campanha, isso era o conto do tigrinho, que nós derrubamos aqui, numa emenda minha.

Muito obrigado, Senador Eduardo...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... que lembrou. E eu fiz questão de lembrar à Deputada Benedita, durante a campanha, que foram eles, da base do Governo, que derrubaram, que o Governo Lula podia ter vetado e não vetou, e foi fazer politicagem eleitoral em cima do que eles mesmos aprovaram, passando por cima desta Casa, de novo.

Nós estamos perdendo, há muito tempo, as iniciativas. Se não fosse para o Judiciário, agora, para a Câmara dos Deputados, mais uma vez. E em troca, quais são os acordos que se cumprem de lá? Votam o fim das decisões monocráticas? Votam o projeto de que o Senador Alessandro falou? Está lá parado. Não tem projeto nosso que ande. Eu tenho uns cinco parados lá - parados.

Então, V. Exa. tem todo o direito de não cumprir o acordo, mas, infelizmente, quero dizer ao Governo que acabou o diálogo. Não se faz isso.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - E enxergue, para terminar, que é o primeiro descumprimento de promessa de Governo. E não será o último, virão muitos. Vão mexer - e é a base do Governo - na jornada 5x2, não vão votar a MP das *Bets*, não tem de onde tirar dinheiro para promessa de ônibus gratuito. Nós advertimos.

Façam o que quiserem, mas os acordos que eu fiz, todos eu cumpri. Cada um dorme com a sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estava ouvindo o debate e vi quando V. Exa. comunicou a suspensão desta votação hoje para atender a um pedido do Presidente da Câmara, Hugo Motta.

Eu gostaria de dizer que essa PEC está lá desde 2015, de 2015. Só agora eles querem fazer audiência pública? E aí esta Casa perde o protagonismo. E não é nem por ter protagonismo, é proteção da vida das pessoas.

Quando eu estava ouvindo o Senador Eduardo Braga - e vou citá-lo com muito respeito para não ensejar o art. 14 -, ele estava dizendo: "Não, quem somos nós para discordar de V. Exa.?" Não, a gente pode discordar de V. Exa. e pode

concordar. Quantas vezes concordamos aqui? Quantas vezes fizemos acordos aqui que não foram cumpridos? Alguns foram cumpridos.

Eu chamava o Romero Jucá, que sempre foi o Líder de todos os governos aqui, de negociador de sequestro: ele falava com a mãe do sequestrado, falava com o sequestrado, falava com a polícia, falava com a esposa do cara que estava sequestrando, com a esposa do outro que estava sequestrado, ele mesmo levava o resgate e voltava sozinho dizendo que não tinha resgatado ninguém. Então, era assim, todo mundo ia nessa conversa fiada e, no dia seguinte, era tudo diferente.

A redução da maioria penal... É um homem travestido de criança que queima um jornalista dentro de um pneu, com 15 anos de idade, com 14; é um gerente de boca que assassina, que mata, que estupra, que sequestra. Isso não ocorre só na minha rua, no meu estado, ocorre no estado de V. Exa., ocorre no Brasil. E esses homens travestidos de criança têm recebido a vênia e os cuidados das autoridades deste país.

Quando o Senador Alessandro fala dessa transição de quem vai cuidar, de para onde vão esses meninos que são homens travestidos, menino é aquele que, hoje, pega um *tablet* ou o celular do pai e baixa os jogos que quer, que joga, que sabe jogar e mexer na internet. Até esses... Agora, você pega um que porta um fuzil, com 15 anos de idade, sem camisa, que dá tiro para cima! Olha, o problema deles não é a penitenciária. Hoje, o cara que está na penitenciária é que tem medo desses meninos. Vamos pegar esse menino de 17 anos, esse coitado, de 16, e vamos levar para a penitenciária. O que vai ser dele? Não vai se ressocializar. O problema não é a universidade, que é a penitenciária, o problema é a escola técnica do crime. São esses os lugares para onde eles são levados, também onde não ficam. Depois da chamada audiência de custódia, ninguém põe a mão deles. Triste é o policial que põe a mão num homem desse de 14, de 15 anos, que estupra, mata e sequestra.

Ah, mas você tem o crime hediondo e tem uma coleção de crimes que não são hediondos. É verdade, mas o crime hediondo, quando... Eu já tive 16 anos, V. Exa. também. Quando eu fiz 18, foi a mesma coisa de quando tinha 16; não mudam nada estes dois anos: de 16 para 18.

Você está pronto fisicamente, fisiologicamente. Você pode ser pai. Você pode votar. Você pode ir para a faculdade. Agora, quando mata, quando estupra ou quando rouba um celular, ninguém pode! É: "Roubou para tomar uma cervejinha". Me fale o celular mais barato que tem no Brasil hoje. Ele custa mais de mil reais.

Então, pega uma mãe de família ou um pai de família que está num ponto de ônibus, que está pagando a prestação desse celular. Esse crime seria um crime comum? O que ocorre hoje, em que alguém mata por um celular?

Urge, Senador Davi, urge, urge que esse assunto seja debatido e votado. Debatido ele está, até mastigado demais. Está lá desde 2015. Eles nunca mexeram. Agora querem fazer audiência pública?

Se puder aconselhar V. Exa... Quem sou eu? Eu estou falando como membro de um poder, e V. Exa. é o Presidente. Evoque, porque quantos acordos Hugo Motta fez e foram cumpridos? Eu mesmo fico à vontade, porque sei que ele nunca cumpriu acordo nenhum com o que fez com o meu partido e com as pessoas que estão de tornozeleira e os que morreram de tornozeleira. E quero lembrar a situação de mordaça, de sofrimento em que vive Jair Bolsonaro, e estava no acordo para a Presidência dele, como na de V. Exa..

Agora um assunto desse, que envolve a sociedade, que não pode mais se sentar na calçada, que não pode andar mais com o cachorro na rua, que não pode deixar um filho andar sozinho para ir do outro lado da rua na escola, porque tem alguém que vai tomar o celular dele e dar um tiro na cara - e dar um tiro na cara...

Nós estamos fazendo aqui acordo com a segurança das pessoas, com o sofrimento de quem já perdeu um filho com um tiro na cara por causa de um celular, de alguém que morreu no ponto de ônibus por um excluído da sociedade que só queria tomar uma cervejinha.

E aí vem a mentira do processo eleitoral. Ai, meu Deus! Se Bolsonaro tivesse falado o que ele fez dentro de um processo, faltando 20 dias para a eleição... Pé-de-Meia? Pé-de-Meia? O pé de meia dele já foi feito há muito tempo. Está todo mundo cheio de dinheiro. O pé de meia dele está cheio. Esse Pé-de-Meia não vai acontecer. A 5x2 vai acontecer? Vai permanecer a 6x1? Tudo mentira!

Mas eu quero me centrar aqui: urge, urge a necessidade da redução da maioridade penal, Senador. Se o senhor perguntar isso para cada família do Amapá, eles vão dizer a você: "Davi, põe para votar a redução da maioridade penal". Se se pedir uma experiência de cada família, cada família tem uma experiência para contar, Senador.

Desde a morte de Liana Friedenbach, eu tenho uma PEC aqui que não andou, que reduzia para 13 anos. V. Exa. se lembra do Champinha, que estuprou durante sete dias, e mais dois, e mataram a Liana Friedenbach em São Paulo. E eu entrei com uma PEC chamada Liana Friedenbach, na ocasião, que reduzia para 13 anos de idade. Foi um alarde: 13 anos de idade! É, porque quem mata, sequestra, estupra precisa pagar pelo crime que fez, independentemente da idade que tem.

Por isso, eu me dirijo a V. Exa., encerrando minha palavra, lembrando que está lá desde 2015. V. Exa. deve, realmente aos pares desta Casa, não só aos que votaram no senhor, mas aos que não votaram... V. Exa. se tornou Presidente da Casa, é o Presidente da Casa. A sua consideração maior, e a gente deve ter consideração por todo mundo, é ao Senado, não é ao Hugo Motta. Está lá desde 2015. Quando ele assumiu, por que não fez?

Agora V. Exa. deu a sua palavra. Acho muito importante que ela seja cumprida, até porque ...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - ... quando se votar aqui, ainda teremos que discutir o processo de transição da redução da maioridade penal.

Por isso, agradeço o tempo que me deu, me concedeu para que eu pudesse falar sobre esse assunto e informar à Casa que está lá desde 2015, que ela não foi ontem para lá, nem anteontem. Ela está lá desde 2015.

Então, aquela Casa é muito mais devedora do que nós aqui, porque não veio para cá para ser votado.

Obrigado, Senador Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero apenas fazer um adendo às palavras do ilustre Senador Magno Malta e fazer uma defesa aqui, sem ser contratado, pelo Presidente Davi Alcolumbre.

O Presidente já garantiu no dia de ontem, Senador - V. Exa. talvez não estivesse no Plenário -, que essa matéria, chegando aqui na Casa, que está sendo discutida na Casa dos Srs. Deputados, lá, vai votar de imediato.

Caso contrário, passa a sensação e a impressão para a opinião pública brasileira de que o Senador Davi não quer votar essa matéria. Não é verdade. Ontem nós votamos aqui a PEC da segurança...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Não, Senador Jayme. Eu não disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Magno Malta, o Senador Jayme está com a palavra, só um minutinho.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Não desta Casa, não desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Só um minutinho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Votamos ontem a PEC da segurança. Queriam e fizeram aqueles dois requerimentos para que inserisse a questão da redução da maioridade penal. Feito isso aí, foi votado democraticamente aqui, 38 contra 36.

Nesse caso, o que é a minha visão? Particularmente, não estou aqui fazendo nenhuma defesa contratada pelo Senador Davi, mas eu, particularmente, como cidadão - independentemente de ser Senador da República, com os seis mandatos que já tive, como Governador, duas vezes Senador e três vezes Prefeito -, estou fazendo aqui, de fato, um esclarecimento melhor para que... Ontem deixou dúvida, porque eu recebi, após a votação aqui, cem whatsapps dizendo: "Olha, o senhor é contra a redução da maioridade penal?". Claro que não sou. Não sou contra, sou favorável. Mas nós estávamos discutindo aqui a PEC da segurança, e diziam que íamos votar, e votamos aqui, democraticamente. Feito isso, agora tem a redução da maioridade penal.

O que nós temos aqui é a garantia do Presidente Davi. Durante o meu mandato, foi meu colega já aqui, estou há quase 16 anos: nenhum compromisso feito com nós Senadores aqui foi descumprido pelo Senador Davi Alcolumbre. Sempre cumpriu todos. Eu, particularmente, só tenho que cumprimentar V. Exa. pela maneira gentil, sobretudo responsável, como conduz o trabalho desta Casa aqui.

Falem o que quiser, mas não podem tentar desmerecer o trabalho do Presidente aqui. O trabalho dele é um trabalho exitoso, um trabalho respeitoso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Não estou dizendo ao senhor, estou me dirigindo ao Presidente. Não estou falando nada em relação à sua fala, não estou falando da sua fala. Estou dizendo que V. Exa. não esteve ontem aqui, mas não falei nada do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Magno Malta, V. Exa. falou, deixe o Senador Jayme Campos falar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Deixe-me acabar de concluir. Não estou questionando a sua fala aí, muito pelo contrário. O senhor tem o direito de falar o que bem entende aqui nesta Casa, porque aqui é uma casa democrática. Todavia, eu também tenho o direito de falar aquilo que eu acho que é coerente; sobretudo, nós temos que fazer com que esta Casa também seja valorizada. Tudo que chegou aqui que é de bom para o povo brasileiro foi votado. E foi votado democraticamente aqui, sem pressão qualquer que seja.

Ontem, quando eu votei aqui, em favor da segurança, a PEC da segurança, um determinado Senador aqui... Sabe o que ele falou para mim? Chegou perto - para você ver a petulância - e disse: "O senhor é muito governista. O senhor é muito governista". Até que ponto chegou? Aquilo em que votamos, porque eu entendo... Aqui eu tenho liberdade. Eu tenho, graças a Deus, eu tenho aqui independência para votar nesta Casa, da mesma forma como eu tenho que fazer alguns esclarecimentos aqui que querem passar para a opinião pública que ontem nós tínhamos uma obrigação de colocar na PEC da segurança a redução da maioridade penal. Já está na Câmara votada.

E o que é mais importante ressaltarmos é que o Presidente Davi Alcolumbre já nos garantiu... E sua palavra tem vez nesta Casa aqui. Tem, com certeza, o respeito e, sobretudo, credibilidade suficiente para sabermos o que é bom para o Brasil e para o povo brasileiro.

Esse é o esclarecimento que eu queria prestar aqui, fazendo com que a sociedade saiba que, chegando a PEC aqui, nós vamos votar. Se Deus quiser, no máximo até dia 30 ou dia 05 de dezembro, ela estará votada. Com isso, nós estamos cumprindo a nossa obrigação aqui de votar aquilo que é bom para o Brasil e para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Apenas não quero, em hipótese alguma, responder aos meus colegas Senadores, porque, graças a Deus, nós somos uma Casa de iguais. Algumas vezes, alguns colegas nossos passam apenas do debate para as agressões em relação a esta Presidência, seja na tribuna ou seja apenas em um vídeo de rede social, para ofender o Presidente do Senado, para, talvez, conquistar apoiamento desse radicalismo horrível que nós estamos vivendo no Brasil. Em todas as oportunidades que eu tenho de falar na condição de Presidente do Senado, eu tenho falado a V. Exas. que é um drama presidir o Congresso Nacional em um momento em que nós estamos com o país absolutamente dividido.

Colegas nossos, no período eleitoral, vieram aqui na porta do Senado Federal - quando todos os nossos colegas estavam em campanha, pedindo voto para os seus candidatos preferenciais - para fazer um vídeo, e era uma oportunidade de ofender o Presidente do Senado, porque não tinha sessão convocada para fazer um pronunciamento na tribuna.

Senador Randolfe Rodrigues, as coisas estão impossíveis no Brasil. Eu acho que já é a décima vez que eu falo isso aqui. Estão impossíveis, porque a todo instante... Eu estou falando das ofensas, das agressões e das ameaças, ao ponto de lideranças políticas saírem de um estado do Brasil para irem ao estado do Presidente do Senado ofendê-lo. E a gente não acha pessoas para apoiarem que uma autoridade saia de um estado para ir ao estado da outra autoridade ofender a outra autoridade - isso não está normal.

A gente precisa respeitar todas as opiniões, a gente precisa respeitar a divergência, a gente precisa respeitar o contraditório, mas as pessoas estão... E eu estou falando pela décima primeira vez aqui que está impossível isso aqui, porque a coisa maravilhosa que temos hoje - que eram as redes sociais, para a gente fazer a divulgação da nossa atividade - se tornou um instrumento de ofensas, de agressões e de mentiras, porque conta uma mentira para milhões de pessoas, e você nunca mais vai conseguir se defender daquela mentira. E você atrás, todo o tempo correndo atrás do prejuízo, mas aí já se falou para milhões de pessoas e denegriu a imagem, a honra, a história, a biografia, a conduta. E ninguém se preocupa com a família da pessoa, ninguém se preocupa com o passado da pessoa, o que foi que ela fez para chegar até aqui. Tudo o que aconteceu se passa a partir de um vídeo, porque não estão prevalecendo, Senador Jaques Wagner, os elogios. E eu estou falando, de novo, pela décima primeira vez aqui, que estão prevalecendo as agressões, estão prevalecendo as ameaças, estão prevalecendo as ofensas, porque, quando a gente olha nas redes sociais, o que impulsiona as pessoas são as agressões, muitas das vezes dentro das famílias, Senador Jayme Campos.

V. Exa. não é meu advogado, não. V. Exa. é um Parlamentar exemplar que há muitos anos defende o Mato Grosso e o Brasil aqui no Parlamento brasileiro. E, quando V. Exa. fala da maneira que V. Exa. fala, a gente precisa perceber - e, de uma vez por todas, eu gostaria de pedir a V. Exas. - que nem sempre nós vamos agradar, nem sempre nós vamos estar

do mesmo lado. Mas, infelizmente, não está prevalecendo mais a ideia de um contra o outro, ou a opinião de um contra o outro, ou o convencimento do outro contra o um.

Às vezes eu achava muito bacana, quando eu era Deputado Federal, ver no Senado da República o debate dos Senadores da República, pensando o que gostariam para o Brasil, fosse na infraestrutura do Brasil, o que estava faltando na agenda do licenciamento ambiental para promover o desenvolvimento das regiões mais isoladas, fosse uma licença de uma estrada, fosse uma licença de um porto, fosse uma nova obra, fosse a agenda econômica que era debatida.

Não! Infelizmente... Vou falar com muita tristeza isso do alto da cadeira da Presidência do Senado Federal, do Chefe do Poder Legislativo brasileiro: infelizmente, muitos atores políticos do meu país, chamado Brasil, se promoveram e ganharam a eleição ofendendo e agredindo as pessoas.

Não teve proposta de universidade, Laércio! Senador Laércio, V. Exa. me desculpe. Senador Laércio Oliveira, eles não apresentaram para os estados deles a proposta de levar novos institutos federais para formar a juventude e ela ter um futuro. Eles não apresentaram propostas nos estados deles de que viriam para Brasília defender o desenvolvimento econômico do Brasil. Eles não apresentaram para o Brasil que eles iriam cuidar da saúde dos brasileiros. Eles não apresentaram para o Brasil que viriam para Brasília, Deputado ou Senador, defender a democracia - não apresentaram -; defender o Estado de direito - não apresentaram -; defender as instituições democráticas - não apresentaram. Mas ofensas, agressões e ameaças foram todos os dias.

E o pior de tudo isso, infelizmente, para a minha tristeza e de milhões de pessoas, ganharam as eleições, com base em alguma agenda específica, fosse ela contra o Judiciário, fosse ela contra o Executivo, fosse ela contra o Presidente do Senado Federal, porque dava voto na eleição um Parlamentar ofender o Presidente do Senado Federal que não abre *impeachment* de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Mas deu votos, e nós estamos aqui. Abriram-se as urnas, e ganharam a eleição.

Mas o pior de tudo isso, Senadora Damares Alves e Senador Izalci, é que no primeiro turno a urna eletrônica prestou. No primeiro turno, abriu-se a urna eletrônica e essa mesma urna eletrônica, que tem 30 anos, serviu para eleger 120 Deputados Federais do partido do candidato que perdeu a eleição. Essa mesma urna eletrônica serviu para eleger vinte e tantos Senadores. Ela serviu para comemorar, no primeiro turno, uma eleição vitoriosa do adversário do Presidente Lula, que ganhou por mais de 2 milhões de votos no primeiro turno e, quando abriu no segundo turno, não prestou mais. O resultado valeu para o primeiro turno.

Eu não achei um, Jayme, para dizer que estava errada desde o primeiro turno. Eu queria encontrar um para dizer que só deu errado no segundo turno. Não! Ninguém fala mais nada, ninguém avisa: "Deu tudo errado. Subiram 10 milhões de votos, 12 milhões de votos. Sei lá o que aconteceu". Foi a tal da mesma urna eletrônica!

Então, eu estou pedindo a V. Exas. que nós, todos nós, somos obrigados a trazer o debate para um senso razoável de país. Estou pedindo para V. Exas. que a gente possa usar esses microfones para pensar o que é que nós queremos para as próximas gerações. Estou pedindo a V. Exas. para que nós possamos pensar o que é que nós vamos pretender fazer para melhorar a saúde do povo brasileiro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - A redução da maioridade, Sr. Presidente. Compromisso!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - V. Exa. já falou o tempo que quis ali. Eu dei dez minutos a mais para V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu faço isso com todos vocês. Deixe-me falar, Líder.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - É porque você disse o que a gente queria. A gente quer votar a redução da maioridade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - V. Exa. fez essa manifestação para novamente confundir...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Não...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - ...o que eu estava falando de país aqui.

Então, eu vou encerrar meu pronunciamento e cumprimentar V. Exas. pela paciência, por me ouvirem um pouco mais no dia de hoje, mas eu quero encontrar um - pode ser até daqui a pouco, depois que eu terminar de falar aqui - que me diga que a urna não prestou desde o primeiro turno.

Com a palavra o Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) - Presidente, eu infelizmente tive que chegar atrasado, não participei do começo desta sessão. Eu soube que houve um embate. Eu só quero dizer, como ex-Líder do Governo - a atual Líder está aí -, eu, pessoa física, Senador Jaques Wagner, que não participei de nenhum acordo que fosse para votar no dia de hoje. Com o que eu me comprometi, inclusive na defesa da votação 38 a 36, foi que a gente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Foi 38 a 36 no painel, mas o Senador Carlos Portinho acha que cometeu um equívoco na hora do voto, e ficou registrado na ata.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) - Não, tudo bem: 38 a 37. Mas, quando foi adotado o procedimento, eu próprio, na defesa do procedimento, fui claro de que já havia uma Comissão na Câmara dos Deputados que está trabalhando essa matéria e que a adoção daquele procedimento fez com que nós criássemos duas PECs paralelas com as duas emendas que não foram tratadas no dia de ontem.

Por mim, eu quero dizer que eu mantenho o meu compromisso e quero parabenizar V. Exa. por buscar a harmonia entre esta Casa e a Câmara dos Deputados. Não somos obrigados, até porque PEC bate e volta - bate e volta. Então, não tem quem inaugurou.

PEC é diferente. Tanto faz. Se a gente votasse hoje aqui, quando batesse lá, se eles fizerem a deles lá, voltaria para cá.

Então, é óbvio que a decisão de V. Exa. está recheada da sensibilidade, como conhecedor do Regimento, de saber que, por hipótese, se votássemos hoje aqui, isso não tiraria o direito da Comissão, que está lá, dizer: "Eu só vou votar quando eu acabar a minha Comissão aqui". E, se fosse diferente, voltaria para cá.

E eu quero manter: o Presidente reeleito, na sabatina - eu deixei isso ontem claro, não adianta tentar fazer dessa matéria um novo debate -, o próprio Presidente, antes do segundo turno, disse que - pessoa física, ele, Presidente da República - concorda que, para crimes hediondos, se baixe para 16 anos.

Se ele está certo, se ele está errado, tem estudo para todo lado dizendo que não é bem por aí.

Bom, só que ele não manda no Congresso Nacional, ele dialoga com o Congresso Nacional. E o Congresso Nacional, dialogando com o Poder Executivo e com a sociedade, está caminhando, pelo que eu sinto desde ontem, para uma mudança na questão da maioridade penal, apesar de que alguns constitucionalistas entendem que é direito individual a maioridade penal e, portanto, é cláusula pétrea e, portanto, só poderia ser modificada por uma nova Constituição.

Eu estou falando só porque essa matéria tem opinião para todos os lados que vocês quiserem. E, pelo menos, eu acho que mesmo os que defendem a redução da maioridade sabem que ela não é a solução definitiva para tudo - e não será. Ela pode contribuir com alguma coisa, mas não é essa a solução; a solução é a gente usar a articulação federal, estadual, municipal e internacional no combate ao crime organizado e às facções. Isso é o que vai resolver definitivamente.

Então, eu só quero parabenizar V. Exa. e dizer... É porque eu respeito muito o fio do bigode. Como eu conversei há pouco com o Senador Carlos Portinho, eu disse: "Eu não participei desse acordo". Não estou dizendo que ele não foi feito - está certo? Eu não participei.

Eu só quero chamar a atenção para o que eu acabei de falar: supondo que o acordo tivesse sido feito, supondo que ele hoje fosse votado, não seria amanhã que a Câmara iria votar, porque a Câmara não iria jogar fora a Comissão que está trabalhando e tendo a sua... E, se ela tiver uma diferente, vai fazer o quê? Virá para cá de novo!

Então, é melhor que as duas Casas...

Eu propus, inclusive ao Ministro José Guimarães, que, se fosse possível - eu não sei se é -, como lá é uma Comissão que foi formada, quem sabe a gente pudesse colocar nessa Comissão três, quatro, não sei quantos Senadores que já iriam amassando o barro, como se diz na gíria, naquela matéria que vem de lá ou na matéria que vem de cá, já que eu soube que ficou cravado que é até 30 de novembro? Mas vou lembrar a todos vocês: PEC bate e volta. Ou nós vamos ter uma PEC das duas Casas, ou nós não vamos ter PEC, se não houver a concordância.

Então, eu só quero parabenizar V. Exa., porque eu acho que essa harmonia é fundamental, e dizer-lhe que eu acho que houve uma semeadura do ódio que eu espero que a gente consiga superar.

A eleição passou, mas nós teremos uma eleição próxima dentro desta Casa, e eu espero que a eleição seja conduzida de uma forma altaneira, de debate entre ideias - não sei se V. Exa. já lançou, mas sabe-se que V. Exa. é candidato, sabe-se que o Senador Rogerio Marinho é candidato, não sei se haverá outras candidaturas... Que a gente possa tocar esse debate da eleição do Presidente do Congresso Nacional ou da Presidente do Congresso Nacional da forma mais elevada possível, tratando dos problemas que realmente interessam à população.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Laércio, com a palavra.

Daqui a pouquinho, Senador.

Em seguida... Desculpe.

V. Exa. pode esperar um pouquinho o Senador Laércio?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Não, mas eu faço questão de a Senadora Teresa usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não, mas ela pode se sentar ali na cadeira do lado do Izalci, para ela ficar bem acomodada.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) - Já fiz um acordo com o Laércio hoje...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Vocês não podem ficar fazendo reuniões sem eu tomar conhecimento, viu, Teresa? Viu, Laércio?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) - Presidente, eu queria extrair das falas que me antecederam aqui a grandeza da fala de V. Exa.

Eu acho que a gente chegou a um momento no qual, como servidores que somos da nossa pátria, nós temos um dever, e cada um tem a sua responsabilidade para construir o Brasil em que a gente acredita e que os brasileiros merecem.

A grandeza da sua palavra chama todos nós à responsabilidade, para que tenhamos coerência, mesmo na divergência, mas que a gente não busque, em momento algum, se exceder, a tal ponto de retirar a beleza que é o trabalho desenvolvido pelo Senado Federal sob a Presidência de V. Exa.

Todos nós aqui, indistintamente, temos a liberdade de expressar aquilo que a gente entende, de questionar até aquilo que a gente entende que não está certo, mas nós não precisamos e não podemos nos esquecer, sob hipótese alguma, de que os debates que a gente trava, seja nas Comissões ou seja aqui, no Plenário, têm que olhar para o Brasil e para os brasileiros.

Portanto, Presidente, a minha fala é para festejar o seu posicionamento e a sua clareza, mas principalmente a sua exortação a todos nós, pela necessidade que temos de continuar prestando o serviço que os brasileiros esperam do Senado Federal.

Obrigado, Presidente, meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Muito obrigado, Senador Laércio.

Com a palavra a Senadora Líder Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela Liderança.) - Presidente, eu estava até inscrita para falar no tempo de inscrições, mas abri mão para entrar neste debate.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Mas eu posso acrescentar o tempo de V. Exa. de Liderança.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Então eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está bom.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - E retiro a minha posterior inscrição.

Eu ia falar sobre a PEC da segurança, mas acho que o debate da maioridade penal e, sobretudo, do encaminhamento dado por V. Exa. tomou conta do Plenário. E eu quero ampliar, inclusive, este debate.

Primeiro, nós tivemos entre o primeiro e o segundo turno uma atitude da oposição aqui como se já tivesse ganhado a eleição. Eu precisei um dia subir à tribuna para dizer que os Senadores desta legislatura, reeleitos, não eleitos, não candidatos, têm mandato até 31 de janeiro de 2027. Porque parecia que o mundo tinha se acabado, que a gente não valia mais de nada e que a legislatura que vai vir para o ano seria a mandachuva da situação. Nada podia ser votado, porque o Presidente da República ia ser Flávio Bolsonaro.

Então, o fim do Governo Lula estava antecipado, como agora está querendo se antecipar a vigência deste Governo.

Tem um ditado popular que diz que a arrogância precede a queda, e foi isso que aconteceu. Não só Flávio Bolsonaro perdeu a eleição, como também fugiu do país.

Apareceu ontem no painel. Deu presença e votou.

Então, eu até admito que a falta do comando de um líder esteja nessa transição. Quem vai ocupar esse lugar? Quem vai liderar o exército? Quem vai dizer a prioridade?

Nós ganhamos essa eleição, Senador, no segundo turno, de virada, com mais um imponderável, como são muitos os imponderáveis na vida do Presidente Lula, com a força do povo, com o nosso legado e com o nosso programa de governo, que a população aprovou, com uma frente majoritaríssima, que não dá lugar a um terceiro turno de eleição.

É como V. Exa. disse: as urnas que botaram Flávio Bolsonaro em primeiro lugar, no primeiro turno, foram aplaudidas, o povo foi aplaudido. A postura arrogante desse candidato nos debates reproduzida pelas telas de todas as televisões, inclusive, o chamou para baixo.

Chamar Lula de nove dedos foi um dos componentes da sua derrota, sim, porque foi um desrespeito a milhares e milhares e milhares de pessoas com deficiência. E não querem acatar isso? Agora somos nós os culpados dessa derrota?

Não! Nós somos os vitoriosos e não estamos aqui pisando na cabeça de ninguém. Estamos aqui no nosso exercício de negociação, porque esta Casa é para isso, de acordos, sim, e de conciliação.

Eu tentei... Isso mesmo que V. Exa. disse eu tentei com o Senador Eduardo Braga, inclusive o prazo que ele aqui colocou e que todos nós aprovamos, porque esse prazo foi dado.

O Relator da PEC é meu conterrâneo, Deputado Mendonça Filho, que foi candidato a Senador pelo PL e perdeu a eleição. Quem ganhou foi Humberto Costa e Marília Arraes - ela eleita, Humberto reeleito. Ele é o Presidente dessa Comissão.

Vocês acham que o Deputado Mendonça Filho vai querer encerrar esse ciclo da sua vida partidária, da sua vida política, sem isso concluído? É falta de leitura também, né? É querer botar confusão onde não tem. Ele vai querer.

Ontem, ele estava comemorando em Pernambuco, com muita legitimidade, a aprovação da PEC da qual ele foi Relator. Ele vai querer deixar a sua digital, com toda legitimidade, nesse processo.

A atitude de V. Exa. junto com o Presidente da Câmara é a que a gente espera sempre. Não é porque a gente é Casa revisora - porque a gente é também Casa iniciadora e promotora - que a gente vai dizer que é melhor e maior do que os Deputados, que estão trabalhando esse tema numa Comissão Especial.

Eu pensava que, quando a PEC aqui chegasse, a gente iria fazer a mesma coisa: retirar as emendas - de uma passaram a ser duas - e aprovar o texto principal. Foi muito debate para isso acontecer; finalmente aconteceu.

Agora, trazer para a boca do Presidente Lula algo que ele não disse? Aí é querer também fabricar conteúdo para rede social.

O Presidente Lula disse o quê? "Eu defendo que a PEC da segurança pública seja aprovada separadamente sem emendas, e o debate da redução da maioridade penal seja feito à parte".

O Presidente Lula não disse nem ninguém da base dele disse que a redução da maioridade penal precisava ser aprovada no dia 4 de novembro de 2026 - porque é isso que está sendo dito aqui, como se isso fosse rasgar um programa de governo.

Ora, minha gente, estão com medo de quê? De que a gente tenha força política, apesar de algumas derrotas importantes de Senadores amigos, parceiros, e do nosso próprio partido? Não!

Nós vamos nos cozer com essa realidade. São as linhas dessa realidade: a força do Presidente Lula, a força das ruas, as redes redirecionadas e a eficácia do nosso programa de governo que estão metendo medo - só se for.

Ninguém está dizendo que não vai fazer este debate. Muitos de nós somos contra, por várias razões. O Senador Alessandro Vieira colocou, com toda calma, o que é que pode acontecer e o que vai acontecer.

Alguns são contra por outra abordagem. Muitas áreas jurídicas, muitas áreas de desembargadores também são contra; alguns porque julgam causa pétrea, outros por problemas e intencionalidades ideológicas. E muitos são a favor pelas mesmas razões: posição política, posição ideológica, leitura de realidade.

Por que a gente não pode debater tudo isso? É isso que a Câmara está fazendo.

Se é bom, se é ruim, eu acho que V. Exa. buscou o caminho possível de conciliar o daqui com o de lá, e vamos votar este ano. Vamos votar este ano, porque é assim que está tramitando lá.

Não é problema de data; é uma desconfiança natural, que, se ela existe realmente, eu não sei. Mas, se ela não existe, ela precisa fazer parte da narrativa. "Lula não vai aprovar MP das *bets*; Lula não vai aprovar tigrinho, não vai acabar com tigrinho; Lula não vai aprovar o fim da escala 6x1, é uma fantasia; não vai acontecer...", porque isso enche os ouvidos e vai para a mente de alimentar uma derrota que jamais será vitoriosa. Não será. Porque, às vezes, a gente perde uma eleição, mas ganha politicamente.

Agora, a gente perder uma eleição, não aceitar uma derrota e querer trazer para um ambiente colegiado, onde tem Senadores de vários partidos, uma imposição de um programa que foi derrotado? Não aceitaremos. Mas não aceitaremos não é com arrogância não. Não aceitaremos no debate.

Hoje, a minha manhã foi de negociação, uma profícua reunião com a Senadora Tereza Cristina, com o Senador Laércio e com o Senador Veneziano, depois uma dura conversa com o Senador Eduardo Braga.

Não logrei êxito lá, mas não entreguei os pontos. Tanto é, que ele acata, mesmo sob protestos que tem o direito de fazer, o encaminhamento de V. Exa., que foi o que eu propus a ele.

Para mim, não é demérito nenhum propor e não ser atendida educadamente, para mim não é demérito nenhum, porque, ao fim e ao cabo, o objeto principal do meu diálogo com o Senador Eduardo Braga era esse que V. Exa. aqui anunciou.

E a gente tem um cuidado, eu acho que a gente precisa ter esse cuidado, porque nós fomos chamados, colegas, na campanha, de Congresso inimigo do povo. Foi assim que muita gente foi para as ruas, com cartaz levantado.

Quem é o Congresso inimigo do povo? É o Presidente? É sobre ele que vai recair? Porque eu concordo com ele. Muita gente fez campanha dizendo isto: o Congresso é inimigo do povo, e eu quero estar lá, porque vou ser seu amigo. Ou então: o STF precisa ser impugnado, *impeachment* do STF.

E proposta de mandato? E proposta de posição sobre orçamento, por exemplo? Sobre Comissões, por exemplo? Sobre a implementação do Plano Nacional de Educação, por exemplo? Sobre a ampliação do SUS, do mais especialidades, por exemplo?

Não, isso não dá agonia, isso não dá arrepio, as pessoas não gostam de ouvir coisas políticas e educadas.

Então, nós temos que dar uma resposta à sociedade nessa dimensão de que fomos acusados.

E eu posso não ter sido acusada diretamente, Senador Alcolumbre. Eu, inclusive, dizia "Eu não concordo com essa palavra de ordem, porque essa palavra de ordem atinge a instituição". Você pode querer direcioná-la para qualquer Deputado ou qualquer Senador, mas você está atacando a instituição mais democrática, com todos os defeitos que nós temos. Senão, não seria a primeira instituição a ser fechada quando as ditaduras são instaladas. O primeiro que se fecha é o Parlamento.

Então, é o nosso dever defender a Casa e mostrar que esta Casa não é um Congresso inimigo do povo. Inclusive sem proselitismo, inclusive sem personalismo, inclusive sem demagogia, porque tudo isso pega no imaginário das pessoas, tudo isso é fácil, cola que nem tenaz.

O mais difícil é o que a gente está tentando fazer, é o que a gente precisa fazer: dar consistência às leis que a gente aprova.

E termino dizendo - quando falo de lei, eu gosto de dizer isto: a lei é um fato dado, não é um fato consumado. Cabe a nós avaliar, analisar se mantemos ou alteramos essas leis em outras circunstâncias que a dinâmica social nos leve a fazer, mas não podemos fazê-lo com autoritarismo, não podemos fazê-lo com imposições, não podemos fazê-lo com ameaças! "Vocês vão ver no próximo ano o que vai ser isso daqui, preparem-se, porque no próximo ano isso daqui vai pegar fogo." Eu já cansei de ouvir isso. É assim que a gente vai se integrar a uma instituição de 200 anos, presidida por Ruy Barbosa? É assim que a gente vai apagar o vilipêndio que foi feito aqui em 8 de janeiro? É assim que a gente vai dizer que a instituição Congresso não é inimiga do povo, mas é aberta a ouvi-lo? Eu creio que não.

Então, esse debate da maioridade penal é um debate que está sendo contaminado - absolutamente contaminado -, não por posições sobre o tema propriamente dito, por posições vinculadas ao processo eleitoral.

O Presidente Lula, repito, vai concluir o seu mandato até o dia 31 de janeiro de 2027...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Mudou agora para o dia 4.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Ah, mudou para o dia 4! Tomará posse - ganhou quatro dias - no dia 5 de fevereiro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) - Janeiro!

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - ... de janeiro de 2027, em uma festa popular, em uma festa com a força do povo. O Presidente Lula, hoje, é reconhecido mundialmente como a maior liderança do mundo do campo progressista! O Presidente Trump, que queria interferir nas eleições daqui, está nos acusando de termos interferido nas de lá, porque lá também foi de virada - lá também foi de virada. Lá nós não pudemos defender os vermelhos, como defendemos aqui; lá nós somos azuis.

Tudo isso está acontecendo na dinâmica geopolítica, e a gente vem dizer que isso não está interferindo nas posições aqui elencadas sobre maioridade penal? Me poupem! Nós ganhamos a eleição, ganhamos de virada; nós vamos governar este país com a responsabilidade que as urnas nos deram. Nenhum candidato do primeiro turno veio nos apoiar, não ampliamos o apoio com nenhum outro partido do primeiro para o segundo turno, mas já recebemos lideranças de outros partidos.

E sabe onde é que a conciliação vai se dar, Senador Portinho? Nas Casas Legislativas, porque é assim que o nosso Governo governa. Nós não somos soberbos; nós somos soberanos, nós temos altivez. Nós não somos autoritários; nós temos a autoridade do voto, nós temos a autoridade das urnas, nós temos a autoridade do povo! E é dessa maneira que nós vamos debater a redução da maioridade penal, considerando o debate que está sendo feito na Câmara. Se for bom, a maioria aprova; se não for, a maioria rejeita. É como disse o Senador Jaques Wagner, PEC vai e PEC vem.

E a gente precisa fazer muita coisa em prol da juventude deste país, que foi às ruas espontaneamente nos defender, defender a universidade pública, defender os institutos federais de educação, defender a escola pública. É essa a juventude, é para ela que a gente precisa legislar, é para ela que o Governo vai olhar, e vai olhar com toda a autoridade de uma vitória soberana, uma vitória maiúscula, uma vitória que, eu reconheço, está deixando os derrotados tão aperreados que o próprio candidato fugiu do país.

Então, vamos nos organizar. Também quem se elegeu tem essa legitimidade, também os Senadores que se elegeram têm essa legitimidade. Eu não questiono voto. Então, vamos nos coser com essa realidade e fazer com que o Congresso, fazer com que o Senado, fazer com que a Câmara - cada um especificamente e os dois na conjunção do Congresso Nacional -, seja respeitado, como um Congresso amigo do povo, como um Congresso respeitador da Constituição, que foi também vilipendiada, como um Congresso que ouve, como um Congresso que trabalha, como um Congresso que faz as entregas necessárias para o apoio da democracia, para o apoio da soberania e para o ato mais civilizatório que o mundo quer de nós: o respeito à dimensão humana das pessoas, a humanização das leis, a humanização das relações políticas.

(Soa a campainha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Não queremos ser tratados com descarte, queremos ser tratados na nossa inteireza, e isso tem a ver com as leis que a gente aprova por aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Muito obrigado, Senadora Teresa.

Concedo a palavra ao Líder Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para questão de ordem.) - Presidente, um cumprimento, um registro e duas questões de ordem. Vou procurar fazer isso no tempo devido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não venha com perguntas difíceis aqui. V. Exa. falou três coisas e não consegui gravar nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Um cumprimento, um registro e duas questões de ordem. Ao cumprimento...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Quatro coisas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Quatro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está bom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - O cumprimento é a V. Exa. V. Exa. traz à lembrança algo que é algo fundamental. Eu acho que este espaço, Presidente, é o espaço plural do debate democrático;

aliás, é a mais alta Casa Legislativa do debate democrático do Brasil. E é bom que o exercício aqui sempre seja dessa forma, mas é importante que quem for Governo e quem for oposição tenha o mínimo de coerência nas suas posições. É difícil tratar com diferentes quando têm postura de biruta de aeroporto, tipo: a urna eletrônica serve no primeiro turno - como V. Exa. disse -, para nos derrotar, inclusive. A oposição saiu vitoriosa no primeiro turno, mas a urna eletrônica, a mesma urna eletrônica, não serve no segundo turno, mesmo tendo eleito quatro Governadores da oposição.

É bom para o bom senso, é bom para a inteligência dos brasileiros que nos escutam que se tenha um pouco de coerência nas posições. E é essa a lembrança que V. Exa. trouxe na preleção que fez aqui, pela qual eu queria o cumprimentar.

O registro, Presidente: eu estava ontem na reunião do Colégio de Líderes convocada pelo senhor. Parece-me que o Colégio de Líderes é o colegiado que discute, e V. Exa. só convocou o Colégio de Líderes ontem com uma finalidade: discutir a pauta. Eu lembro, eu tenho memória. Não tenho memória de qualquer coisa que foi convocada depois aqui. Eu votei a Ordem do Dia que estava para ser votada no dia de ontem e fui tratar de assuntos relativos à Comissão Mista de Orçamentos.

Mas eu saí daqui com o que foi deliberado no Colégio de Líderes, e no Colégio de Líderes, eu lembro - a memória e o registro do Colégio de Líderes dá conta disso - sobre como trataríamos o tema da redução da maioridade penal, que já foi externado aqui pela Líder Teresa, pelo Líder Wagner, que não tem óbice da parte da Bancada do Partido dos Trabalhadores. E lá foi suscitado que existia já uma proposta em trâmite na Câmara dos Deputados e que essa proposta deveria ser avaliada na Câmara até o dia 1º de dezembro e, tão logo, nós incorporaríamos a proposta que nós tínhamos aqui.

Então não me parece, Presidente, que... Parece-me que há uma angústia para fazer oposição, mesmo uma semana depois dos resultados. Parece-me que há um aperreio para se contraditar com o Governo, para atacar e para ofender o Governo, mesmo tendo passado menos de uma semana do resultado das eleições.

É por isso, Presidente, que eu também, até por conta disso, trago ao senhor duas questões de ordem, até para fazer jus à preliminar, porque eu não desconsiderei o voto do Senador Portinho na votação de ontem, eu estou desconsiderando é um outro voto. E eu peço a V. Exa. que nem responda a esta questão de ordem agora, eu quero que V. Exa. recolha e veja o melhor momento de encaminhá-la.

Mas tem um tema aqui que nos causa espécie, Presidente. Tem um dos 81 membros desta Legislatura, o Senador Flávio Bolsonaro, que saiu do Brasil, evadiu-se do território nacional, sem autorização desta Casa Legislativa, conforme preceitua o Regimento Interno.

Presidente, cada um de nós, toda vez que saímos para o exterior, precisamos comunicar a V. Exa., precisamos comunicar à Mesa, e V. Exa. faz a leitura de um requerimento com autorização para que nós possamos sair. Eu creio, Presidente, que o senhor e todos os brasileiros foram pegos de surpresa com a notícia de que o Senador Flávio Bolsonaro tinha saído do Brasil, tinha se evadido pela fronteira com a Argentina, atravessado de carro para o outro lado e, com uma aeronave contratada não sei por quem, se foi por governo estrangeiro ou não, se deslocado até os Estados Unidos - aliás, o Senador Flávio Bolsonaro já apareceu na mídia de lá dos Estados Unidos - para um pretenso exílio, e eu não sei que exílio é esse, porque aqui as instituições estão funcionando. O partido do Senador Flávio Bolsonaro elegeu a maior bancada para o Senado para a próxima legislatura - e, como o senhor muito bem disse, parece que a urna eletrônica só não serviu para o resultado que foi desfavorável para eles no segundo turno.

O fato é que o Senador Flávio Bolsonaro saiu do território nacional. Fora do território nacional, ele busca registrar a presença aqui, sem ter comunicado à Mesa da Casa e sem ter tido autorização deste Plenário.

Mais grave, Presidente: ontem, o Senador Flávio Bolsonaro votou no tema colocado. Eu não quero censurar e vetar voto de ninguém, mas ele votou no tema, mesmo argumentando... Veja que caso curioso: ele diz que pediu exílio de uma ditadura, mas ele quer, de lá dos Estados Unidos, participar dos debates do Parlamento dessa ditadura. Que caso curioso e inusitado esse, Presidente! Aliás, é bom ele tomar cuidado então, porque, desde ontem, daqui a pouco ele vai começar a dizer que lá, nos Estados Unidos, também está começando a ser instaurada uma ditadura. Com os resultados da amplíssima vitória democrata, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, não me custa terem essa argumentação daqui a pouco.

Então, Presidente, eu encaminho a V. Exa., para o devido registro, para que V. Exa. recolha e responda, no momento que achar oportuno, duas questões de ordem.

Primeiro, sobre qual é a situação do Senador Flávio Bolsonaro, se ele comunicou oficialmente a saída do Senado. Se não comunicou e se está fora do território nacional, qual o encaminhamento e a posição do Senado em relação a ele?

A segunda, Presidente, é por razão óbvia. Não há precedente... Aliás, há precedente da parte da Presidência da Câmara dos Deputados, inclusive da Presidência do Congresso, em sessão presidida por V. Exa., de declarar não voto ou de anular voto de membro do Congresso Nacional que não tenha comunicado oficialmente a sua saída do território nacional ou que não esteja presente em território nacional votando. Eu leio o caso do irmão do Senador Flávio Bolsonaro, do Deputado

Eduardo Bolsonaro: já declarado pela Câmara dos Deputados e depois declarado também em sessão do Congresso, o voto dele não foi computado.

Então, o segundo pedido que faço é até para justificar a votação de ontem, de fato, com os números 38 a 36, e dar razão ao voto do meu caro colega Senador Carlos Portinho, que registrou posteriormente e que está no Plenário do Senado e está em território nacional. A segunda questão de ordem é para pedir a anulação do voto do dito Senador na votação de ontem, a não ser que S. Exa. resolva voltar ao território nacional e fazer o procedimento que qualquer membro do Congresso Nacional costuma fazer - comunicar à Mesa da Casa Legislativa a sua saída do território nacional em missão oficial, porque esse é o procedimento que se faz.

Fora isso, esses outros procedimentos não me parecem, Presidente... Eu creio, eu acho que nenhum dos colegas de oposição vai querer aceitar isto, vai querer entender que é liderado por alguém que está fora do território nacional, que se evadiu e que fugiu. Fugiu, Presidente, de liderar mais de 50 milhões de brasileiros que esperavam dele a dignidade de, daqui, do território nacional, de fato, cumprir o seu papel de liderança da oposição.

Esse tipo de comportamento, Presidente, mais do que comportamento de Parlamentar ou de membro desta Casa, me parece - e não tem outro nome para se dar a isso -, me parece mais assemelhado a um ato de covardia para com o Senado da República e para com os brasileiros.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Tempo de Liderança, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, atentamente, com muita serenidade, ouvi aqui toda sorte de desvio do assunto principal que foi tratado por mim na tribuna.

Eu não ofendi ninguém, muito menos ofenderia V. Exa., muito menos tratei aqui de urna eletrônica, muito menos tratei dos nossos líderes: um está preso pelo regime e incomunicável; e sobre o outro, se não fugisse, o próprio Presidente reeleito disse que o cassaria, que ele seria preso. Não demorou sete minutos para que o plano fosse colocado em prática.

Eu não estou falando do outro filho do Presidente exilado, eu não estou falando de jornalistas exilados, de perseguidos políticos, de Débora do Batom, daqueles que morreram na prisão, na masmorra.

Eu estava apenas falando sobre algo que nem V. Exa., nem a Sra. Líder do Governo, nem o meu colega Randolfe Rodrigues, por quem eu tenho muito respeito, nenhum deles foi capaz de responder: que o compromisso feito ontem não foi cumprido, tampouco a promessa feita pelo Presidente eleito da República, em rede nacional, e pelo seu coordenador de campanha.

O silêncio fica como resposta, Sr. Presidente, de minha parte. E os eleitores saberão, no momento certo, que mais uma vez foram enganados pelo conto da picanha, e serão enganados pelo conto do Tigrinho, pelo conto da escala e já começaram a ser pelo conto da redução da maioridade penal, cuja emenda não era só minha, era do PT. Não fosse isso, talvez não fosse tão importante o que aconteceu hoje aqui, porque nós convergimos em uma coisa. Nós podemos divergir em várias, mas convergir na redução, se não foi uma proposta eleitoreira do Presidente eleito, isso aconteceu - e foi descumprido.

A mim me cabe apenas o silêncio da constatação de que, sobre o tema de que eu tratei na tribuna, todos rodearam e nenhum de V. Exas. teve a coragem de dizer que não houve acordo ontem e que esse acordo não foi descumprido.

Muito obrigado.

Peço licença. Hoje é um dia triste, para mim, na minha relação com os meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Para responder questão de ordem.) - Senador Randolfe Rodrigues, permita-me.

Eu recebi a questão de ordem de V. Exa. Logicamente, sobre essa questão de ordem que V. Exa. levanta já houve uma decisão pela Mesa do Congresso Nacional. A Mesa vai recolhê-la. Eu não consigo responder a V. Exa. agora.

Eu tenho apenas uma constatação sobre a possibilidade - isso é óbvio - de que o Senador Flávio Bolsonaro teve condições de votar no dia de ontem por um único motivo: porque em todas as sessões convocadas de forma semipresencial, os nossos colegas Senadores podem votar pelo aplicativo do telefone celular e também registrar presença. Então, no caso, na essência da convocação desta semana, como se tratava de sessão remota semipresencial, logicamente se abre a possibilidade para todos os Senadores que estão registrados de poderem registrar presença e poderem votar. Isso é apenas uma coisa óbvia que eu estou falando aqui, sem responder à questão de ordem de V. Exa.

Nós vamos analisar a solicitação feita por V. Exa. Eu vou convocar os nossos assessores para a gente ver, do ponto de vista do Regimento do Senado e do Congresso Nacional, qual o encaminhamento que nós poderemos dar em relação à questão de ordem que V. Exa. traz ao conhecimento da Mesa.

Senador Zequinha Marinho, eu queria pedir desculpa a V. Exa., porque V. Exa. já está há algum tempo me cobrando que estava inscrito aqui, mas eu acho que V. Exa. também acompanhou os debates.

V. Exa., Senador Zequinha, ainda está por aqui conosco? *(Pausa.)*

Ele não está mais presente.

Vou submeter à votação alguns requerimentos.

V. Exa....

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) - Bem rapidamente, Sr. Presidente.

A ditadura do Brasil é a do Judiciário, a ditadura da toga, a ditadura do consórcio malvado e perverso do Judiciário e do Sr. Alexandre de Moraes. Sete minutos após o término da eleição, ele emite um mandado de recolher os passaportes daquele que havia perdido a eleição. Isso não é normal.

Flávio Bolsonaro não fugiu do Brasil. E quem diz que quem foge é covarde? Perigo iminente. Brizola, por exemplo, fugiu no Rio Grande do Sul, e fugiu vestido de mulher. Nadine Heredia, corrupta, condenada a 15 anos no escândalo do mensalão, de propina da Odebrecht, da OAS, do caramba a quatro no Peru, foi resgatada pelo Presidente da República no avião da FAB, pago pelos brasileiros, com o nosso dinheiro. Ele foi do outro lado, na Argentina, pedir liberdade para Cristina Kirchner. Bom, se eles têm memória... Há que se imaginar que os outros não têm?

O Flávio foi extraído porque a prisão seria iminente. E ele foi avisado no debate da Globo de que iria perder a eleição e seria preso. E sete minutos depois o ditador Alexandre de Moraes, do alto da sua covardia, porque é covarde, sete minutos depois, manda recolher os passaportes de Flávio Bolsonaro. As duas filhas pequenas, a família... Quais dos senhores valentões ficariam para ver acontecer?

O Bolsonaro foi aos Estados Unidos e voltou. Está calado, sofrido, amordaçado, enquanto quem está preso e dá tiro para cima, comemorando vitória da esquerda, esses podem votar. Mas Bolsonaro, não.

Eu quero só relembrar, guardem o nome, Nadine Heredia, avião da FAB, combustível, preço do avião: suor do povo brasileiro, para salvar uma corrupta companheira que, sem dúvida alguma, é uma caixa-preta, que, sem dúvida alguma, sabe muita coisa para ser resgatada tão rapidamente.

A minha fala, Sr. Presidente, é só nesse sentido, para resgatar e refrescar a memória e dizer que Flávio Bolsonaro não fugiu do país. Sete minutos depois, lhe foi dado o alerta de que o passo seguinte seria cadeia, porque Alexandre Moraes pode tudo.

E quando nós falamos em ditadura, estamos falando daquela lá, que adentrou esta Casa e a outra Casa. Eles podem tudo, com uma Constituição sepultada - sepultada, e eu espero que ela seja resgatada -, fora do ordenamento jurídico. Eles, envolvidos com todo tipo de malandragem, todo tipo de crime, quebraram o sistema financeiro do país, envolvidos com Vorcaro, com o roubo dos velhinhos do INSS. Então, está tudo normal no país. É claro que não está normal.

É só para fazer o registro de que, quando abrirem a boca para falar do Flávio Bolsonaro, lembrem-se primeiro da Nadine Heredia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Item extrapauta.

É a licença.

Item extrapauta.

Requerimentos de licença.

Requerimentos nºs 376, 377 e 381, de 2026, de autoria dos Senadores Irajá, Dra. Eudócia e Senadora Leany Lemos, respectivamente, que solicitam, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participarem de missões oficiais, nos termos das autorizações da Presidência do Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Olha aí - para o Flávio - como é que se faz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não entendi. *(Risos.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) - Não. Bobagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Brincadeira, Presidente. Eu só estou recomendando ao Senador Flávio Bolsonaro, dizendo como é que faz: é assim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos e será cumprida a deliberação de Plenário.

Concedo a palavra ao Líder Eduardo Braga, que solicitou um requerimento à Mesa. Gostaria de consultar V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) - Sr. Presidente, é apenas para solicitar a V. Exa.: foi aprovada hoje na reunião da CAE pela manhã, com regime de urgência, a Resolução nº 50. E eu pediria a V. Exa. para, se pudesse, colocar extrapauta na noite de hoje, porque essa resolução viabiliza a questão da aprovação de renegociações de dívidas com vantagens para os estados, o que seria muito importante, e depende, portanto, da aprovação dessa resolução. Ela foi aprovada na CAE hoje pela manhã e com regime de urgência para vir para o Plenário. Portanto, eu peço a V. Exa., se puder, a gente votar extrapauta na noite de hoje.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - DF) - Presidente, posso fazer uma questão de ordem aqui, complementando o Relator da matéria, que é Senador Eduardo Braga?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Claro!

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - DF. Pela ordem.) - Esse também é um pedido do Comsefaz, o Conselho dos Secretários de Fazenda, porque alguns estados já estão no processo de contratação, de negociação, e não é para dívidas novas, é para reestruturação de dívidas. Então, isso vai ser muito importante para o fechamento do ano de alguns estados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Eduardo Braga, Senadora Leany, me permitam fazer apenas algumas ponderações em relação a esse projeto de resolução.

A Senadora Dra. Eudócia também tratou comigo hoje desse assunto, e tinha, por parte de alguns Senadores e Senadores nossos, a maior compreensão sobre o teor desta proposta de resolução que seria votada na CAE e na CCJ. Eu conversei com a Senadora Dra. Eudócia, ela compreendeu também, como V. Exa., que era muito importante nós fazermos a deliberação deste projeto de resolução.

Inclusive, hoje pela manhã, eu recebi o Governador eleito de Alagoas, Governador JHC, que conversava comigo, através de uma solicitação da nossa Senadora, que, por um acaso, é mãe do Governador eleito, por um acaso, mas eu já disse para ele que eu sou mais amigo da Eudócia, e eu liberei ele...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Tudo bem...

E a Senadora Eudócia, o nosso querido Senador Omar, vários Governadores...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - O Comsefaz...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - ... o Comsefaz, como disse a Senadora Leany, todos eles encaminharam à Mesa a urgência para que nós pudéssemos votar essa resolução para resolver esses problemas dos financiamentos dos estados nesse pequeno período de transição.

É o mesmo assunto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - É exatamente o mesmo assunto, Sr. Presidente. E aditando o que V. Exa. já esclareceu ao Plenário, existem prazos a serem cumpridos, por isso a importância de votarmos no dia de hoje. O Estado de Alagoas é um dos estados que vai se beneficiar, o Estado do Amazonas é um outro estado que vai se beneficiar, o Estado do Rio de Janeiro vai se beneficiar, vários outros estados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O encaminhamento foi de 12 estados que estavam com problema...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Doze estados, exatamente, são 12 estados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - A minha memória ainda está dando certo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Está, a sua memória está muito jovem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Muito obrigado.

Então, vou informar aos Senadores e às Senadoras que, como foi aprovado o requerimento de urgência, eu queria agradecer a compreensão, o Senado, como Casa da Federação, precisa a todo instante estar antenado e envolvido nesses assuntos dos entes subnacionais. Sei que a Senadora Leany é uma profunda conhecedora deste assunto, a Senadora Teresa, a Profa. Leany...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - Professora...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu descobri ontem. Eu fui conversar com o Presidente da CMO e quando eu fui falar da Senadora Leany, que gostaria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - Foi professora dele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - O senhor imagina como ele é esperto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu fui falar para o Deputado Domingos Neto - já vou fazer a minha confidência aqui sem ele ter autorizado -, falei: Deputado Domingos, a Senadora Leany é um quadro do Senado Federal e hoje está no exercício do mandato de Senadora da República. Será uma honra para o Senado termos uma servidora, Senadora tão qualificada que pudesse nos ajudar em um dos relatórios setoriais do orçamento do Brasil. Quando eu terminei de falar, fazendo uma propaganda, e eu estou achando que eu o estou convencendo, ele, no final, disse: "Fique tranquilo, Presidente, ela é minha professora". Não tem condições. Se eu soubesse, não tinha falado tanto.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - DF) - Presidente, por isso é que a gente tem que tratar bem os alunos, porque depois eles viram Presidente da CMO, Presidente de Comissão, não dá. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - E eu gastando o meu... Falando. E fui buscar palavras bonitas com o Senador Randolfe, e fui, fui e tal. Aí, no final: "Fique tranquilo, ela é minha professora". Acabou o meu assunto todo.

Item extrapauta.

Projeto de Resolução nº 50, de 2026, de autoria do Senador Renan Filho, que altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para excepcionar da vedação à contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao término do mandato do Chefe do Poder Executivo as operações de reestruturação e recomposição do principal da dívidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Parecer nº 59, da Comissão de Assuntos Econômicos. O Relator foi o Senador Líder Eduardo Braga, claro, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2 que apresenta.

A Emenda nº 1, que foi apresentada, foi retirada pelo autor.

Foi apresentado o Requerimento 112, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos, que solicita urgência para apreciação e deliberação da matéria.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) - Presidente, é só para agradecer a V. Exa. e agradecer ao conjunto dos Senadores e Senadoras, porque, sem dúvida nenhuma, essa é uma decisão que vai ajudar quase uma dúzia de estados que precisam alongar o perfil do seu endividamento e reduzir o custo financeiro desse financiamento.

Portanto, o que nós acabamos de aprovar é para o bem do povo brasileiro, é para o bem da saúde financeira do povo brasileiro e mais: ajudamos no combate ao déficit fiscal, porque quando alongamos o perfil da dívida - e a Professora aqui me socorre - nós estamos, na realidade, suavizando os impactos no déficit fiscal estadual, que está elevado, lamentavelmente, em função da pressão dos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Se eu sonhasse em ser contra essa matéria, depois do pronunciamento de V. Exa., eu iria votar a favor. *(Risos.)*

Porque foi tão técnico e tão profundo que eu já ia votar "sim", com Eduardo Braga, sem saber o que era.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) - Eu, do lado da Professora, não posso brincar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Exatamente. Foi bom.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos imediatamente à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e da Emenda nº 2, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto, com a Emenda nº 2.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a redação final.

A matéria segue imediatamente à promulgação.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa ordinária semipresencial do Senado Federal, meus agradecimentos a V. Exas.

Declaro encerrada a nossa sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)